

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

TIAGO DE MOURA

**DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS: UMA
PROPOSTA PARA APLICAÇÃO NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA UTFPR**

CURITIBA

2021



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.

TIAGO DE MOURA

**DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS: UMA
PROPOSTA PARA APLICAÇÃO NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA UTFPR**
**Demonstration of Social and Environmental Information: an applied proposal
on the UTFPR's management report**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Abel Dionizio Azeredo
Coorientador: Prof. Dr. Sergio Adelar Brun

CURITIBA

2021



[4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Conteúdos elaborados por terceiros, citados e referenciados nesta obra não são cobertos pela licença.



TIAGO DE MOURA

**DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS: UMA PROPOSTA PARA
APLICAÇÃO NO RELATÓRIO DE GESTÃO DA UTFPR**

Trabalho de pesquisa de mestrado apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre Em Administração Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Área de concentração: Administração Pública.

Data de aprovação: 27 de Agosto de 2021

Prof Abel Dionizio Azeredo, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof Luiz Carlos Da Silva Oliveira, Doutorado - Universidade Federal de Goiás (Ufg)

Prof Marcos Tanure Sanabio, Doutorado - Universidade Federal de Juiz de Fora (Ufjf)

Prof Sergio Adelar Brun, - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Documento gerado pelo Sistema Acadêmico da UTFPR a partir dos dados da Ata de Defesa em 27/08/2021.

Dedico este trabalho aos meus pais José Coelho de Moura e Maura Cândida de Resende Moura, e a minha esposa, Camila Ferreira de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais José Coelho de Moura e Maura Cândida de Resende Moura, pela educação e o incentivo aos estudos, mesmo com situação financeira humilde.

A minha esposa, Camila, por ter apoiado, incentivado e motivado meus estudos desde que nos conhecemos em 2010.

A UTFPR e todos os colegas de trabalho que deram apoio, em especial a Tatiane e Sônia, da PROPLAD, pelo incentivo ao meu ingresso no PROFIAP e por consequência a minha evolução pessoal e profissional.

Ao meu chefe à época no Departamento de Contabilidade da Reitoria, Leandro Bermudes, por todo apoio para que eu pudesse conciliar mestrado com trabalho.

A minha colega de trabalho e substituta na Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (DIROF), Clarissa, que sempre auxiliou nos trabalhos, dando tranquilidade para eu focar no mestrado.

Todos os colegas de mestrado que contribuíram nesta jornada, principalmente aqueles que sempre estavam se ajudando, Maucir, Lais e Edicleia e aos colegas do grupo de estudos: Letícia Calsavara, Letícia Heineck, Sildemar, Edilson, Adriano, Rodrigo.

Aqueles que deram apoio e ainda foram parcerias nas publicações de artigos: Carolina Vanni, James Carlo Theodorovicz, Marina Proner, Denilson Zych, Ronaldo Raizer, Amanda David Mamedes,

Aos poucos amigos em Minas Gerais que não se afastaram no momento que resolvi retomar meus estudos.

Aos Professores do programa que de alguma forma deram suas contribuições.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Abel Dionízio Azeredo, pelas orientações e contribuições e zelo com os alunos quando coordenador local.

Ao meu coorientador, e primeiro orientador no programa, Prof. Dr. Sergio Adelar Brun, suas orientações foram essenciais para este trabalho “ganhar vida”.

A Prof^a. Dr^a. Louisi Francis Moura na atual coordenação e ao Prof. Dr. Cezar Augusto Romano, pela disposição em participarem e nas contribuições na banca de qualificação.

Aos Professores, Dr. Luiz Carlos da Silva Oliveira, da Universidade Federal de Goiás, e Dr. Marcos Tanure Sanabio, da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela disposição em participar da banca de defesa da dissertação e pelas valiosas contribuições para esta versão.

"Negar o dever de transparência é escancarar as portas para a prática das mais gravosas condutas de corrupção. Na Administração Pública, o que não pode ser visto, via de regra, não pode ser praticado."

(Ismar do Santos Viana)

RESUMO

MOURA, Tiago de. **Demonstração de informações sociais e ambientais**: uma proposta para aplicação no relatório de gestão da UTFPR. 2021. 110 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

Com a preocupação da sociedade com questões relacionadas aos assuntos sociais e ambientais, aliada ao crescimento econômico, à globalização e à tecnologia, as entidades, sejam públicas, sejam privadas, percebem quase que uma obrigação de prestar contas à sociedade acerca das atuações social e ambiental delas. As universidades públicas federais, como é o caso da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, são mantidas com recursos públicos; além disso, há um compromisso na formação de agentes para interceder na sociedade para contribuir para um desenvolvimento sustentável e para a criação de soluções para problemas sociais, econômicos e ambientais. Assim, o objetivo principal deste trabalho está em propor um modelo de demonstração de informações sociais e ambientais para integrar o relatório de gestão anual da UTFPR. Para atingir esse objetivo, foram estabelecidos três objetivos específicos: (I) Descrever a aplicação e o histórico de responsabilidade social e ambiental; prestação de contas; contabilidade e os modelos de relatórios de informações sociais e ambientais. (II) Comparar os modelos de relatórios e indicadores difundidos no Brasil (GRI, IBASE, Ethos, NBC T 15). (III) Expor, caso haja, os aspectos que ele agrega do relatório de gestão da UTFPR. Com isso, foi efetuada, quanto à finalidade, uma pesquisa aplicada, empregando-se como métodos as pesquisas bibliográfica e documental, em uma abordagem qualitativa do problema. Em comparação entre os relatórios, no que diz respeito às vantagens e às desvantagens, verificou-se que aquele que tem menor desvantagem para aplicação no relatório de gestão da UTFPR é o modelo adotado pelo Conselho Federal de Contabilidade, da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 15) — informações de natureza social e ambiental, tendo em vista os benefícios que ele agrega. No levantamento dos dados para compor o relatório, constaram alguns conjuntos de dados que a UTFPR e outros órgãos não têm disponíveis, mas que não impediu a apresentação da demonstração proposta; a falta das informações deverá fazer parte das notas explicativas. A disposição das informações para os usuários, o tempo ganho na compilação de informações e a nova maneira de prestar contas à sociedade por parte da UTFPR, foram benefícios encontrados. Para estudos futuros, recomenda-se a aplicação da demonstração proposta em outros níveis de governo.

Palavras-chave: Relatório de gestão. Responsabilidade social e ambiental. Universidades federais. Relatório de informações sociais e ambientais.

ABSTRACT

MOURA, Tiago de. **Demonstration of social and environmental information: an applied proposal on the UTFPR's management report. 2021. 110 fls. Dissertation (Professional Master's in Public Management) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021**

With society concern about issues related to social and environmental topics, allied with economic growth, globalization, and technology, public and private entities notice a kind of obligation to be accountable to society regarding their social and environmental acting. Federal public universities, as “Universidade Tecnológica Federal do Paraná” (Paraná's Federal University of Technology – UTFPR), are maintained with public resources; moreover, there is a commitment in the training of agents to intervene in society to contribute to a sustainable development and to the creation of solutions to social, economic, and environmental problems. Therefore, the main objective of this work is to propose a demonstration model of social and environmental information to integrate the UTFPR's annual management report. To reach this goal, there were established three specific objectives: (I) Describing the application and the historical of social and environmental responsibility; accountability; accounting and the report templates of social and environmental information. (II) Comparing the report templates and indicators published in Brazil (GRI, IBASE, Ethos, NBC T 15). (III) Exposing, if there is, the aspects it aggregates from the UTFPR's management report. With this, it was performed an applied research concerning to finality, using bibliographic and documental research as methods, with a qualitative approach to the issue. Comparing the reports, in what it concerns to advantages and disadvantages, it was verified that the one with less disadvantage to be applied on the UTFPR's is the template adopted by the “Conselho Federal de Contabilidade”, from the “Norma Brasileira de Contabilidade” (Federal Accounting Council, from the Brazilian Accounting Standard – NBC T 15) – social and environmental information regarding to the benefits it aggregates. On the data survey to compose the report, there were some data sets that UTFPR and other institutions do not have but it does not prevent the presentation of the proposed demonstration; the lack of information will be part of the explanatory notes. The information disposition to the users, the time gained on the information compilation, and the UTFPR's new way of providing accountability to society are the benefits found to future studies. It is recommended the application of the proposed demonstration on other levels of government.

Keywords: Management report. Social and environmental responsibility. Federal universities. Report of social and environmental information.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Fluxograma da confecção do trabalho e da demonstração de informações sociais e ambientais	50
Figura 2 — Visão geral do SIAFI Operacional	54
Figura 3 — Tela de <i>login</i> do Tesouro Gerencial	55
Figura 4 — Visão da ferramenta “Criar relatório” no Tesouro Gerencial	55
Figura 5 — Visão geral do sistema SIAFI Web	57
Figura 6 — Tela da transação CONDEMCON — SIAFI Web	57
Figura 7 — Página inicial SIAPE	58
Figura 8 — Localização dos campus da UTFPR no estado do Paraná	61
Figura 9 — Princípios da Política de Sustentabilidade da UTFPR	63
Figura 10 — Rede Sustenta Paraná	64
Figura 11 — Membros do Capítulo PRME Brasil	65
Figura 12 — Formatos de apresentação das demonstrações de informações sociais e ambientais	75
Figura 13 — Página de pesquisa Procon-PR em Números	89
Figura 14 — Resultados da pesquisa	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Referencial teórico	18
Quadro 2 — GRI Standards	24
Quadro 3 — Normas específicas GRI	25
Quadro 4 — Dimensões de indicadores do Instituto Ethos	26
Quadro 5 — Dimensão governança e gestão — Instituto Ethos	28
Quadro 6 — Dimensão social — Instituto Ethos	29
Quadro 7 — Dimensão ambiental — Instituto Ethos	31
Quadro 8 — Categorias de indicadores balanço social IBASE	33
Quadro 9 — Item base de cálculo balanço social IBASE	34
Quadro 10 — Indicadores sociais internos IBASE	35
Quadro 11 — Indicadores sociais externos, ambientais e lucro social IBASE	36
Quadro 12 — Indicadores do corpo funcional IBASE	37
Quadro 13 — Exercício de cidadania empresarial — IBASE	38
Quadro 14 — Itens de informação de natureza social e ambiental — NBC T 15	40
Quadro 15 — Estrutura da DVA	41
Quadro 16 — Informações de Recursos Humanos NBC T 15	42
Quadro 17 — Composição dos Recursos Humanos NBC T 15	43
Quadro 18 — Total de empregados por nível de escolaridade — NBC T 15	43
Quadro 19 — Interação da entidade com o ambiente externo — NBC T 15	44
Quadro 20 — Interação da entidade com o meio ambiente — NBC T 15	45
Quadro 21 — Elementos das demonstrações contábeis	46
Quadro 22 — Objetivos do relatório de gestão — UTFPR 2020	47
Quadro 23 — Classificações da pesquisa	49
Quadro 24 — Busca de trabalhos sobre relatórios de informações sociais e ambientais	51
Quadro 25 — Objetivos do SIAFI	53
Quadro 26 — Itens para construir relatórios no Tesouro Gerencial	56
Quadro 27 — UTFPR em números	60
Quadro 28 — Perfil institucional da UTFPR	61
Quadro 29 — Usuários da demonstração de informações sociais e ambientais	68
Quadro 30 — Questionamento via Fala.BR	69

Quadro 31 — Instituições que apresentam demonstração de informações sociais e ambientais	70
Quadro 32 — Itens da dimensão econômica dos modelos	71
Quadro 33 — Dimensão social	72
Quadro 34 — Dimensão ambiental	73
Quadro 35 — Comparação: vantagens x desvantagens das demonstrações	74
Quadro 36 — Características qualitativas da informação	77
Quadro 37 — Demonstração do Valor Adicionado	79
Quadro 38 — Receitas arrecadadas — DVA — UTFPR	80
Quadro 39 — Insumos adquiridos de terceiros — UTFPR	81
Quadro 40 — Valor adicionado bruto — UTFPR	81
Quadro 41 — Aplicação de amortização/exaustão/depreciação	82
Quadro 42 — Depreciação e amortização — UTFPR	82
Quadro 43 — Valor adicionado total a distribuir — UTFPR	83
Quadro 44 — Distribuição do valor adicionado — UTFPR	83
Quadro 45 — Percentual da distribuição do valor adicionado	84
Quadro 46 — Informações monetárias dos Recursos Humanos	85
Quadro 47 — Composição dos Recursos Humanos	86
Quadro 48 — Nível detalhado de cargos de chefia e direção	87
Quadro 49 — Distribuição de cargos de chefia e direção em formato percentual	87
Quadro 50 — Interação com o ambiente externo	88
Quadro 51 — Interação da UTFPR com o meio ambiente	91

LISTA DE SIGLAS

AGU	Advocacia-Geral da União
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBARI	Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado
CEFET-MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET-PR	Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
CEFET-RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COFINS	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
COGERH	Coordenadoria de Gestão de Pessoas
COUNI	Conselho Universitário UTFPR
CPP	Contribuição Patronal Previdenciária
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
DIRGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DIRGTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
DIRMAP	Diretoria de Materiais e Patrimônio
DIROF	Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GSSB	<i>Global Sustainability Standards Board</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IES	Instituições de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i>
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>

NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIS	Programa de Integração Social
PRME	Princípios para Educação Executiva Responsável
PROPLAD	Pró-reitoria de Administração e Planejamento
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
SASB	<i>Sustainability Accounting Standards</i>
SEMEC	Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo
SESI	Serviço Social da Indústria
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIC	Sistema de Informações de Custos
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2	OBJETIVOS	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	RESPONSABILIDADE SOCIAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS	19
2.2	INFORMAÇÃO CONTÁBIL	21
2.3	RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS	22
2.4	MODELOS DE RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS	23
2.4.1	Global Reporting Initiative - GRI	23
2.4.2	Instituto Ethos	26
2.4.3	IBASE	32
2.4.4	Conselho Federal de Contabilidade	39
2.5	RELATÓRIO DE GESTÃO	46
3	METODOLOGIA	49
3.1	COLETA DOS DADOS PARA O RELATÓRIO	52
3.1.1	SIAFI Operacional	53
3.1.2	Tesouro Gerencial	54
3.1.3	SIAFI Web	56
3.1.4	SIAPE	58
3.2	CAMPO DE PESQUISA	58
4	PROPOSIÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS PARA COMPOR O RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL DA UTFPR	67
4.1	USUÁRIOS DA DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS	67
4.2	PUBLICAÇÕES DA DEMONSTRAÇÃO POR OUTRAS UNIVERSIDADES FEDERAIS	68

4.3	COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS DE DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS.....	71
4.4	PROPOSIÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS.....	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

A preocupação da sociedade com relação aos aspectos sociais e ambientais está cada vez mais visível. Há grande crescimento da atividade econômica no mundo, e a globalização e a tecnologia trouxeram maior velocidade e acesso às informações, tornando quase uma obrigação que as entidades, sejam públicas, sejam privadas, prestassem contas à sociedade sobre as atuações social e ambiental delas.

Não que a velocidade e o acesso às informações sejam a causa da obrigação de prestação de contas, mas o acesso às Tecnologias de Informação, proporcionado pelo crescimento da atividade econômica no mundo e pela globalização, permite ao cidadão tal cobrança das entidades.

Conforme descrito por Sánchez, Bolívar e Hernández (2015), é crescente a demanda de partes interessadas, também denominadas *stakeholders*, em informações transparentes e responsáveis. Dentre as informações, estão incluídas as relacionadas à responsabilidade social. Na mesma linha, Alonso-Almeida *et al.* (2015) alegam que a sociedade começa a exigir informações de outras organizações, como órgãos públicos e universidades.

A discussão sobre sustentabilidade e impactos causados pelas entidades ao meio ambiente gera uma pressão para que as organizações, públicas ou privadas, divulguem as informações de natureza social e ambiental. As informações de natureza social e ambiental podem ser apresentadas por meio dos relatórios de informações sociais e ambientais.

As economias avançadas, como Japão, Estados Unidos da América, Reino Unido e países da União Europeia, possuem percentuais altos de entidades que publicam relatórios de informações sociais e ambientais (LASKAR, 2018).

Nos países emergentes, termo utilizado pela primeira vez em 1981 por Antoine Van Agtmael ao se referir a países que possuem boas expectativas de crescimento econômico (INS..., 2008), as organizações têm seguido a prática que ocorre com mais frequência em países desenvolvidos e estão conscientes da carência de se mensurar impactos sociais e ambientais advindos das atividades (NUNES, 2017). Porém, isso ocorre de maneira mais lenta nesses países, por exemplo: China (YALIN *et al.*, 2019), Brasil, Rússia, Índia (PEREIRA *et al.*, 2015).

À medida que o Estado Democrático de Direito vai se consolidando em alguns desses países e a pressão econômica internacional dos consumidores dos países

democráticos em relação aos demais vai se tornando uma exigência do processo produtivo, as organizações dos países emergentes, sejam eles democráticos ou não, veem-se obrigadas a adotar práticas de prestação de contas aos consumidores e à sociedade do entorno em que atuam (*accountability*).

Em âmbito nacional e considerando a importância das informações sociais e ambientais, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, no dia 26 de novembro de 2020, a Norma Brasileira de Contabilidade — CTG 09, que trata sobre a Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado.

Em esfera internacional, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC, sigla em inglês para Conselho Internacional de Relatórios Integrados) e o *Sustainability Accounting Standards* (SASB, sigla em inglês para Padrões de Contabilidade e Sustentabilidade) fizeram anúncio em novembro de 2020 de que vão se fundir em uma entidade única, denominada *Value Reporting Foundation*, e esta fornecerá aos usuários dos relatórios, assim como às entidades, uma estrutura abrangente de relatórios corporativos para impulsionar o desempenho de sustentabilidade global (IRC e SASB..., 2020).

No âmbito do setor público brasileiro, a Lei das Estatais (BRASIL, 2016) obriga as empresas públicas e as sociedades de economia mista a divulgarem o relatório de sustentabilidade ou relatório integrado. O Tribunal de Contas da União (TCU) exige a publicação dos relatórios de gestão em forma de relato integrado, por meio da Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020 (BRASIL, 2020).

As empresas privadas estão adotando mecanismos para demonstrar sua responsabilidade com tais aspectos. Dentre os mecanismos, está a publicação do balanço social. Por sua vez, no setor público, tal prática ainda é escassa, mas, conforme Bandeira, Oliveira e Nunes (2019), a evidenciação de posturas sociais vem se tornando um poderoso agente na postura pública das entidades, bem como a sua atuação em questões de sustentabilidade social.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A pergunta que esta pesquisa pretende responder é: como apresentação e divulgação da demonstração de informações sociais e ambientais pode agregar qualidade nas informações do relatório de gestão da UTFPR?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho consiste em propor um modelo de demonstração de informações sociais e ambientais para a UTFPR que integre o relatório de gestão.

Para que esse objetivo seja alcançado, há a necessidade de atuar em três frentes, que formam os objetivos específicos:

- descrever a aplicação e o histórico de responsabilidade social e ambiental, prestação de contas (*accountability*) e balanço social;
- comparar os modelos de relatórios e indicadores difundidos no Brasil (GRI, IBASE, Ethos, NBC T 15);
- Propor, com base na análise dos modelos, a aplicação da demonstração de informações sociais e ambientais na UTFPR e expor, caso haja, os aspectos que ele agrega na qualidade do Relatório de Gestão.

1.3 JUSTIFICATIVA

As universidades têm o compromisso em formar agentes para intervir na sociedade para que haja um desenvolvimento sustentável que crie soluções para os problemas sociais, ambientais e econômicos (CASTRO *et al.*, 2020).

Ainda sobre a importância das universidades, Yalin *et al.* (2019) afirmam que elas podem criar amplamente os futuros gestores e líderes que terão capacidade de lidar com aspectos econômicos, ambientais e sociais, por meio da pesquisa, educação, transferência de conhecimento e gestão e promoção da sustentabilidade.

Além disso, as universidades federais, são mantidas com recursos públicos, uma razão para prestar informações transparentes acerca das ações voltadas ao social e ao ambiental. Nesse sentido, o CFC (2016, p. 12) dispõe que as “entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo”.

Esse trabalho encontra relevância ao propor a formação de uma nova maneira de prestar contas à sociedade por parte da UTFPR e, ao mesmo tempo, utilizar a demonstração de informações sociais e ambientais por meio do denominado balanço social como uma ferramenta de tomada de decisão por parte dos usuários dessa

demonstração, além de oferecer informação adicional ao exigido pela legislação para o relatório de gestão da Universidade.

No setor privado, diante da exigência por parte da sociedade, muitas empresas acresceram a difusão das informações voluntárias, além daquelas obrigatórias. Assim, os fatores sociais e ambientais são detalhados, legitimados e comunicados para a comunidade (FREITAS; FREIRE, 2017).

A pesquisa a respeito de relatórios de sustentabilidade no setor de ensino superior é limitada por ser uma prática incomum nas universidades (AN *et al.*, 2019). São escassos os trabalhos acerca de relatórios de informações socioambientais e balanços sociais para universidades federais, que, conforme já exposto, são instituições de extrema importância para a sociedade.

Entre 2001 a 2016, foram encontrados dezenove trabalhos sobre a aplicação de demonstrações de informações sociais e ambientais para Instituições de Ensino Superior (IES), mas apenas duas abordavam universidades federais (CUNHA JUNIOR, 2017).

Moura-Leite e Pereira (2020) apresentam, em sua pesquisa, os modelos adotados por IES; no âmbito público federal, foram identificadas apenas duas universidades que apresentam demonstração de informações sociais e ambientais.

Por seu turno, Moura *et al.* (2021) analisaram as publicações na plataforma SPELL entre os anos de 2015 e 2019; nesse estudo, foram encontradas dezenove publicações, destas, apenas duas tratavam do setor público, mas ambas não tratavam de universidades.

Com a publicação do relatório de informações sociais e ambientais no relatório de gestão, pretende-se divulgar e incentivar a transparência da prática social e ambiental, além de despertar o interesse dos usuários do relatório de gestão e da população em geral para os aspectos socioambientais.

Em sua vivência como Contador na Diretoria de Orçamento, Finanças Contabilidade (DIROF), além de ser membro representante da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD) na comissão anual de elaboração do relatório de gestão o pesquisador notou a necessidade uma maneira adicional da UTFPR em prestar contas para a sociedade.

Assim, fica evidenciada a importância deste estudo para contribuir com a UTFPR no sentido de fornecer informações sociais e ambientais.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Em consideração aos objetivos ao problema de pesquisa levantado, este trabalho foi dividido em cinco capítulos.

O primeiro capítulo é composto de problema de pesquisa, objetivos da pesquisa, justificativa e estrutura do trabalho.

O segundo capítulo aborda o referencial teórico, cuja composição é formada pelas considerações acerca da responsabilidade social, prestação de contas, informação contábil, relatório de informações sociais e ambientais, e modelos de relatórios de informações sociais e ambientais.

Logo após o terceiro capítulo, está a metodologia adotada para a concretização da dissertação.

O quarto capítulo contempla a análise dos dados coletados por meio dos sistemas apresentados na metodologia e traz a comparação entre os modelos apresentados no segundo capítulo e a proposta de uma demonstração de informações sociais e ambientais para compor o relatório de gestão da UTFPR.

Por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais e as conclusões da pesquisa, além de propostas de estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, serão apresentados os referenciais teóricos utilizados como sustento e delineamento da pesquisa. Serão apresentados, na sequência, os conceitos de responsabilidade social e prestação de contas (*accountability*); de informação contábil, os modelos de balanço social (GRI, Ethos, IBASE e Conselho Federal de Contabilidade) e, por fim, o conceito de relatório de gestão. Tais conceitos foram buscados em trabalhos científicos e documentos publicados pelo CFC, UTFPR, GRI, Instituto Ethos, IBASE, além da legislação federal.

Para dar suporte aos conceitos apresentados, no quadro 1, estão as referências utilizadas, obtidas por meio de pesquisas no Portal de Periódicos da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e das referências de trabalhos selecionados.

Quadro 1 — Referencial teórico

Item	Referências
2.1 Responsabilidade social e prestação de contas (<i>accountability</i>)	Bauer e Naime (2012) CFC (2016a) Di Domenico, Tormem e Mazzioni (2017) Nunes (2017) Souza, Moura-Leite e Pereira (2018) UTFPR (2019) Armijos-Buitrón e Costa-Ruiz (2020) Giacomini <i>et al.</i> (2020) Gomes <i>et al.</i> (2020)
2.2 Informação Contábil	Augustinho (2013) Campos, Paiva e Gomes (2013) Augustinho e Oliveira (2014) CFC (2016a) Degenhart, Mazzuco e Klann (2017) Heissler, Vendruscolo e Sallaberry (2018) Gomes <i>et al.</i> (2020) Reis, Rigo e Farinon (2020) Ramos e Santos (2020)
2.3 Relatório de informações sociais e ambientais	CFC (2004) Degenhart (2015) Silva <i>et al.</i> (2012) Silva, Gonçalves e Moraes (2015) Rocha <i>et al.</i> (2016) Aguiar e Oliveira (2018) Morais <i>et al.</i> (2017)

	Niemann e Hope (2018) Cardillo e Longo (2020)
2.4 Modelos de relatório de informações sociais e ambientais	Abernathy <i>et al.</i> (2017)
2.4.1 GRI	Silva, Gonçalves e Moraes (2015) Carpejani, Lima e Machado (2017) Gamage e Sciulli (2017) Di Domenico, Tormem e Mazzioni (2017) Brusca, Labrador e Larran (2018) Yalin <i>et al.</i> (2019) GRI (2020a, 2020b)
2.4.2 Ethos	Penteado e Duarte (2014) Vaz, Lezana e Maldonado (2017) Instituto Ethos (2017, c2016-2021)
2.4.3 IBASE	IBASE (2008) Rocha <i>et al.</i> (2016)
2.4.4 Conselho Federal de Contabilidade	CFC (2004, 2008) Brasil (1993, 2007) Bandeira, Oliveira e Nunes (2019) Gomes <i>et al.</i> (2020)
2.5 Relatório de gestão	Dal Magro e Rausch (2012) Freitas e Freire (2017) Brasil (2019b, 2020) UTFPR (2020a) CFC (2020)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O surgimento do termo responsabilidade social ocorre com teorias propostas por vários autores entre os anos de 1950 e 1970. Os primeiros questionamentos sobre responsabilidade social foram criados por Howard Bowen no ano de 1953; posteriormente, entre os anos de 1975 e 1990, vários autores, por exemplo: Sethi, Carrol, Drucker, apresentaram novos conceitos de responsabilidade social (ARMIJOS-BUITRÓN; COSTA-RUIZ, 2020).

Di Domenico, Tormem e Mazzioni (2017) definem a responsabilidade social e ambiental como um grupo de ações com vistas à estratégia gerencial das entidades, tendo em vista o engajamento com os recursos naturais e, simultaneamente, a colaboração para o desenvolvimento econômico.

Na Deliberação nº 07, de 14 de maio de 2019, que aprova a Política de Sustentabilidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a UTFPR define a

responsabilidade social como “a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente”, desta forma, esta responsabilidade deve levar em conta a constância de uma sociedade justa em relação aos aspectos econômicos e ambientais, com vistas a contribuir para a inclusão social e cultural, dando incentivo ao comportamento ético e transparente (UTFPR, 2019, p. 9).

Souza, Moura-Leite e Pereira (2018, p. 227) consideram a responsabilidade social como “uma abordagem moderna aos problemas econômicos e sociais que surgiram com a globalização”. Armijos-Buitrón e Costa-Ruiz (2020) afirmam que a responsabilidade social é um fator emergente na gestão de todas as organizações, inclusive no setor público, no qual se busca o uso efetivo de recursos para melhores condições de vida para grupos mais vulneráveis.

No entanto, a demanda pela divulgação social e ambiental corporativa por parte de entidades públicas aumentou nas últimas duas décadas (GIACOMINI *et al.*, 2020). Conforme Gomes *et al.* (2020), as entidades devem demonstrar que suas ações estão direcionadas em consonância com aspectos econômicos e mercadológicos, assim como agir com atenção aos aspectos sociais e ambientais, essa comunicação entre a entidade e a comunidade torna sólida a representação institucional da organização.

Tal divulgação é uma maneira de a entidade pública prestar contas à população. Nesse sentido, Bauer e Naime (2012) afirmam que a responsabilidade social e ambiental das organizações passa necessariamente pela constituição de um modelo de prestação de contas. Assim, os governos e órgãos públicos são responsabilizáveis perante os pagadores de tributos e outros provedores de recursos (CFC, 2016a).

Na esfera pública, a prestação de contas é considerada um dos pilares para aprimorar a administração pública e a democracia (SCHOMER *et al.*, 2015). Conforme o TCU (BRASIL, 2020, n. p.), a prestação de contas é:

[...] instrumento de gestão pública mediante o qual os administradores e, quando apropriado, os responsáveis pela governança e pelos atos de gestão de órgãos, entidades ou fundos dos poderes da União apresentam e divulgam informações e análises quantitativas e qualitativas dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do exercício, com vistas ao controle social e ao controle institucional.

Nunes (2017) dispõe que a Administração Pública deve demonstrar ao público os resultados, desafios e o seu compromisso para com a sociedade, evidenciando as ações por meio de relatórios, o que é, também, parte integrante da responsabilidade social.

Assim, para que seja feita uma boa gestão dos recursos, análise de políticas, e promoção do desenvolvimento sustentável, é imprescindível apresentar demonstrativos com informações acerca da gestão socioambiental. As informações para a elaboração desses demonstrativos partem, principalmente, da contabilidade.

2.2 INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade, desde os seus primórdios, acompanha as demandas da sociedade, seja por meio de usos e costumes, seja por meio de leis, assim, tanto no Brasil quanto no mundo, as práticas contábeis são produtos da sociedade atual (HEISSLER; VENDRUSCOLO; SALLABERRY, 2018).

A população tem cobrado, cada vez mais, um comportamento ético e transparente dos negócios públicos (CAMPOS; PAIVA; GOMES, 2013). Conforme Augustinho (2013), o elemento fundamental na transparência das contas públicas é a contabilidade, que, por intermédio de informações confiáveis, permite que a sociedade tenha conhecimento e controle da gestão pública.

Segundo Reis, Rigo e Farinon (2020), as organizações, de maneira geral, objetivam apresentar as informações contábeis e financeiras aos usuários interessados no patrimônio e na atividade desenvolvida pela entidade. Ocorre, por meio das demonstrações contábeis, a comunicação da evidenciação e transparência dos atos e fatos administrativos que são registrados pela contabilidade (AUGUSTINHO; OLIVEIRA, 2014).

A contabilidade direcionada para o meio ambiente não é uma técnica nova, mas apenas uma inclinação que a contabilidade tradicional está seguindo (GOMES *et al.*, 2020). Sob a perspectiva social, Ramos e Santos (2020) trazem que o sistema de informação contábil, que tem como origem o desenvolvimento humano, necessitou expandir o olhar além do enfoque financeiro e econômico, tendo em vista que o enfoque social também começou a ser exigido devido ao reporte de informações a vários *stakeholders*, também denominados de partes interessadas.

Ainda sobre a importância da contabilidade, Degenhart, Mazzuco e Klann (2017) trazem que as demonstrações contábeis devem conter informações que sejam confiáveis, compreensíveis, comparáveis e relevantes; assim, podem servir a todas as partes interessadas.

No setor público, conforme CFC (2016a), os relatórios contábeis de propósitos gerais (demonstrações contábeis) são confeccionados para apresentar uma informação que seja útil aos *stakeholders* para fins de prestação de contas, *accountability* e tomada de decisão. Esses relatórios devem “apresentar informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos, além de outros fenômenos” (CFC, 2016a, p. 18).

2.3 RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

As organizações precisam justificar sua atuação para apreciação do público, o relatório não deve ser limitado a comunicar informações econômicas, mas também as sociais e ambientais (DEGENHART, 2015). Com a necessidade de as entidades constituírem uma enumeração dos principais indicadores de desempenho social, econômico e ambiental da instituição, surge o balanço social (ROCHA *et al.*, 2016).

O relatório de informações sociais e ambientais é uma demonstração que apresenta outras várias nomenclaturas; conforme Silva *et al.* (2012, p. 74), “também é conhecido como Relatório de Sustentabilidade Empresarial, Balanço Social Corporativo, Relatório Social e Relatório Social-Ambiental”.

O balanço social é tido por Silva *et al.* (2012) como uma demonstração que pode auxiliar as entidades a prestar contas acerca dos projetos, benefícios e ações sociais desenvolvidos pelas organizações. As demonstrações apresentam um poder implícito, principalmente o de natureza contábil, divulgado pelas organizações; há uma importância social nesses relatórios, então, a partir da década de 1960, criaram-se demonstrações que concedem a visão da função social das entidades (MORAIS *et al.*, 2017).

Silva *et al.* (2012) dispõem que o balanço social apresenta as informações acerca da situação da empresa no que tange às questões sociais e ambientais. Aguiar e Oliveira (2018) trazem que o balanço social demonstra a sustentabilidade, governança corporativa e responsabilidade social das entidades e busca apresentar como a entidade está inserida na sociedade e como contribui com esta. Do ponto de

vista de Niemann e Hope (2018), os relatórios de sustentabilidade são frequentemente retratados como uma ferramenta mágica, que promove, de forma simultânea, uma melhor formulação de políticas e envolvimento do cidadão.

Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (2004), quando divulgado, o relatório de informações sociais e ambientais deve ser apresentado como informação complementar às demonstrações contábeis, portanto, não se confunde com as notas explicativas.

O balanço social, como parte dos sistemas tradicionais de contabilidade, é necessário para auxiliar as decisões tomadas pelos formuladores de políticas para promover a sustentabilidade social e para avaliar os resultados de suas escolhas internas e externas para os cidadãos e outros *stakeholders* (CARDILLO; LONGO, 2020). Há vários modelos de relatórios com informações sociais e ambientais. Na seção seguinte, serão apresentados os mais difundidos.

2.4 MODELOS DE RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Quanto aos modelos de relatórios de informações socioambientais, Abernathy *et al.* (2017) apresentam, em seu estudo, que existem vários modelos de relatório, no entanto, afirmam que a literatura ainda não diferenciou as vantagens e as desvantagens de cada conjunto de padrões. Nos próximos tópicos, serão apresentados os modelos: GRI, IBASE, Ethos, e CFC.

2.4.1 Global Reporting Initiative - GRI

Antes de descrever o modelo de Relatório de Sustentabilidade GRI, é importante citar que a *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma instituição independente e sem fins lucrativos, fundada no ano de 1997, na cidade de Boston, nos Estados Unidos da América (GRI, 2020b). Atualmente, está localizada em Amsterdã, capital da Holanda (CARPEJANI; LIMA; MACHADO, 2017). Por meio do *Global Sustainability Standards Board* (GSSB), são definidos os padrões dos relatórios de sustentabilidade do GRI. Silva, Gonçalves e Moraes (2015) trazem, em sua pesquisa, que a GRI foi criada com a finalidade de oferecer uma estrutura que fosse confiável na elaboração

dos relatórios de sustentabilidade, para ser utilizada por entidades de todos os portes, setores e regiões.

Gamage e Sciulli (2017) afirmam que, no relatório GRI, estão incluídas as categorias de divulgação econômica, ambiental e social. Di Domenico, Tormem e Mazzioni (2017) consideram que o relatório proposto pela GRI é o mais completo para evidenciação de informações de natureza social e ambiental e que serve como ferramenta que auxilia na tomada de decisões e para que as informações sejam padronizadas e comparadas. No mesmo sentido, Brusca, Labrador e Larran (2018) afirmam que muitas ferramentas e modelos foram desenvolvidos para auxiliar as universidades a divulgar a sustentabilidade; dentre os modelos, estão as diretrizes do relatório GRI, que são algumas das mais utilizadas.

Yalin *et al.* (2019) trazem que as diretrizes da GRI desempenham um papel importante no desenvolvimento sustentável das universidades. O relatório proposto pela GRI é baseado em um conjunto de normas, denominadas GRI Standards (GRI, 2020a). As normas são segregadas em fundamentais e específicas conforme descrito no quadro 2.

Quadro 2 — GRI Standards

Fundamentais

- GRI 101 - Fundamentos. Ponto de Partida para as Normas GRI.
- GRI 102 - Conteúdos Gerais. Para relatar informações contextuais sobre a organização.
- GRI 103 - Forma de Gestão. Para relatar a forma de gestão para cada tópico material.

Específicas

- GRI 200 - Econômico
- GRI 300 - Ambiental
- GRI 400 - Social

Fonte: Adaptado de GRI (2020a).

As normas fundamentais são aquelas que se aplicam em qualquer organização que esteja elaborando um relatório de sustentabilidade; assim, as organizações que desejam apresentar seus impactos econômicos, ambientais e/ou sociais devem utilizar as normas fundamentais (GRI, 2020a). As normas específicas são descritas no quadro 3.

Quadro 3 — Normas específicas GRI

Série GRI 200 — abordam o fluxo de capital entre diferentes <i>stakeholders</i> e os principais impactos econômicos de uma organização em toda a sociedade.	
Numeração	Nome
GRI 201	Desempenho econômico
GRI 202	Presença no mercado
GRI 203	Impactos econômicos indiretos
GRI 204	Práticas de compra
GRI 205	Combate à corrupção
GRI 206	Concorrência desleal
GRI 207	Tributos
Série GRI 300 — a dimensão ambiental da sustentabilidade se refere aos impactos da organização em sistemas naturais vivos e não vivos, incluindo terra, ar, água e ecossistemas.	
GRI 301	Materiais
GRI 302	Energia
GRI 303	Água e efluentes
GRI 304	Biodiversidade
GRI 305	Emissões
GRI 306	Resíduos
GRI 307	Conformidade ambiental
GRI 308	Avaliação ambiental de fornecedores
Série GRI 400 — a dimensão social da sustentabilidade se refere aos impactos da organização nos sistemas sociais dentro dos quais está inserida e opera.	
GRI 401	Emprego
GRI 402	Relações de trabalho
GRI 403	Saúde e segurança do trabalho
GRI 404	Capacitação e educação
GRI 405	Diversidade e igualdade de oportunidades
GRI 406	Não discriminação
GRI 407	Liberdade sindical e negociação coletiva
GRI 408	Trabalho infantil
GRI 409	Trabalho forçado ou análogo ao escravo
GRI 410	Práticas de segurança
GRI 411	Direitos de povos indígenas

Fonte: Adaptado de GRI (2020a).

As normas apresentadas, quando aplicadas, trazem uma linguagem comum entre as organizações e *stakeholders*, nos quais os impactos econômicos, ambientais e sociais são comunicados e, desse modo, podem contribuir para aumentar a comparabilidade e a qualidade informações acerca dos impactos, tornando possível a transparência e a prestação de contas por parte das entidades (GRI, 2020a).

Conforme Reis, Rigo e Farinon (2020, p. 94), “a estrutura de Relatórios da GRI foram criadas com o intuito de servir como estrutura globalmente aceita para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização”.

2.4.2 Instituto Ethos

O segundo modelo a ser apresentado neste trabalho é o proposto pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, denominado “Instituto Ethos”. O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social foi fundado no ano de 1988 e é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que possui como missão “mobilizar, sensibilizar e ajudar empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável” (INSTITUTO ETHOS, c2016-2021, n. p.).

Penteado e Duarte (2014) afirmam que os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial são um conjunto de indicadores de grande destaque nacional. Conforme Vaz, Lezana e Maldonado (2017, p. 1194), o relatório do Instituto Ethos “incorpora os [...] indicadores definidos pelo Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial”, esses indicadores são divididos em quatro categorias.

Quadro 4 — Dimensões de indicadores do Instituto Ethos

Visão e estratégia
Governança e gestão
Social
Ambiental

Fonte: Adaptado de Instituto Ethos (c2016-2021).

Na visão de Penteado e Duarte (2014), a estrutura proposta permite que a empresa planeje o modo de alcançar um grau mais elevado de responsabilidade social.

O Instituto Ethos (2017, p. 8, grifo nosso) dispõe em sua cartilha que:

[...] embora esta traga medidas de desempenho em sustentabilidade e responsabilidade social, esta ferramenta não se propõe a medir o desempenho das empresas nem reconhecer organizações como sustentáveis ou responsáveis. A nova geração dos Indicadores Ethos foi

desenvolvida para estar a serviço dos negócios, com aplicações e funcionalidades que permitem total flexibilidade em sua aplicação [...]

Essa flexibilidade prejudica a apresentação de um modelo e a comparação de informações divulgadas por meio dos indicadores Ethos.

A dimensão visão e estratégia é composta dos indicadores:

- estratégia para a sustentabilidade;
- proposta de valor;
- modelo de negócios.

A dimensão governança e gestão é dividida em dois temas (governança organizacional; práticas de operação e gestão), que estão subdivididos em subtemas.

Quadro 5 — Dimensão governança e gestão — Instituto Ethos

Tema	Subtema	Categorias
<p>Governança organizacional:</p> <p>são temas que orientam a empresa a estruturar sua gestão alinhada à RSE/sustentabilidade e abrangem desde a proposição e implementação de políticas até sua integração com os processos de gestão da empresa.</p>	Governança e conduta	<ul style="list-style-type: none"> • Código de conduta • Governança da organização (empresas de capital fechado) • Governança da organização (empresas de capital aberto) • Compromissos voluntários e participação em iniciativas de RSE/ sustentabilidade • Engajamento das partes interessadas
	Prestação de contas	<ul style="list-style-type: none"> • Relações com investidores e relatórios financeiros • Relatos de sustentabilidade e relatos integrados • Comunicação com responsabilidade social
<p>Práticas de operação e gestão:</p> <p>a sociedade civil acompanha, cada vez mais de perto, as práticas relacionadas com a operação e a gestão das empresas nas esferas e áreas de sua influência. Tal atitude, por parte da sociedade civil, expressa o sentimento de corresponsabilidade que esse segmento da sociedade — constituído por organizações não governamentais, entidades e instituições — possui em relação a esses processos.</p>	Práticas concorrenciais	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas concorrenciais
	Práticas anticorrupção	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas anticorrupção
	Envolvimento responsável político	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuições para campanhas eleitorais • Envolvimento no desenvolvimento de políticas públicas
	Sistemas de gestão	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão participativa • Sistema de gestão integrado • Sistema de gestão de fornecedores • Mapeamento dos impactos da operação e gestão de riscos • Gestão da responsabilidade social empresarial e sustentabilidade

Fonte: Adaptado de Instituto Ethos (2017).

A dimensão social proposta pelo Instituto Ethos apresenta quatro temas:

Quadro 6 — Dimensão social — Instituto Ethos

Tema	Subtema	Categorias
<p>Direitos humanos:</p> <p>nos últimos anos, torna-se maior o reconhecimento de que as empresas, além dos governos, são responsáveis por garantir o respeito aos direitos humanos. Esse respeito, que não se limita ao cumprimento legal, se aplica a todos os relacionamentos da empresa. Nesse sentido, torna-se fundamental que a empresa estabeleça políticas e mecanismos que favoreçam o respeito e previnam qualquer tipo de violação a esses direitos.</p>	<p>Situações de risco para os direitos humanos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Monitoramento de impactos do negócio nos direitos humanos • Combate ao trabalho infantil na cadeia de suprimentos • Trabalho forçado (ou análogo ao escravo) na cadeia de suprimentos
	<p>Ações afirmativas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da diversidade e equidade
<p>Práticas de trabalho:</p> <p>a geração de empregos e, igualmente, o pagamento de salários e de outras remunerações relacionados com sua execução são contribuições econômicas e sociais muito importantes de uma organização. O trabalho significativo e produtivo constitui elemento essencial para o desenvolvimento humano. Sua ausência constitui causa primordial de problemas sociais. Não é sem razão que as práticas trabalhistas causam grande impacto no que tange ao respeito ao Estado de Direito e ao senso de justiça presente na sociedade: práticas trabalhistas socialmente responsáveis são essenciais para a consolidação da Justiça, da estabilidade e da paz social. A importância do emprego para o desenvolvimento humano é universalmente aceita. Como empregadores, as organizações contribuem para um dos mais amplamente aceitos objetivos da sociedade, a saber, a melhoria do padrão de vida por meio de um emprego pleno e seguro e do trabalho digno.</p>	<p>Relações de trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com trabalhadores (efetivos, terceirizados, temporários ou parciais) • Relações com sindicatos
	<p>Desenvolvimento humano, benefícios e treinamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Remuneração e benefícios • Compromisso com o desenvolvimento profissional • Comportamento frente a demissões e empregabilidade
	<p>Saúde e segurança no trabalho e qualidade de vida</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde e segurança dos empregados • Condições de trabalho, qualidade de vida e jornada de trabalho

Quadro 7 — Dimensão ambiental — Instituto Ethos

Tema	Subtema	Categorias
<p>Meio ambiente:</p> <p>a sociedade enfrenta atualmente muitos desafios ambientais, entre os quais se incluem a exaustão dos recursos naturais, a emissão de poluentes, as mudanças climáticas, a destruição de habitats, a extinção de espécies e o colapso dos ecossistemas como um todo. Além desses, outro importante problema que a sociedade enfrenta é o processo de degradação decorrente da ocupação humana rural e urbana, ou seja, da antropização. À medida que a população mundial cresce e o consumo aumenta, essas mudanças estão se tornando verdadeiras e crescentes ameaças à segurança humana, à saúde e ao bem-estar da sociedade. Enfrentar esses problemas que, como se sabe, se inter-relacionam em níveis local, regional e global, exige uma abordagem abrangente, sistemática e coletiva.</p>	Mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> • Governança das ações relacionadas às mudanças climáticas • Adaptação às mudanças climáticas
	Gestão e monitoramento dos impactos sobre os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de gestão ambiental • Prevenção da poluição • Uso sustentável de recursos: materiais • Uso sustentável de recursos: água • Uso sustentável de recursos: energia • Uso sustentável da biodiversidade e restauração dos habitats naturais • Educação e conscientização ambiental
	Impactos do consumo	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos do transporte, logística e distribuição • Logística reversa

Fonte: Adaptado de Instituto Ethos (2017).

O Instituto Ethos ainda oferece, em sua página na internet, materiais que orientam a aplicação dos indicadores, que são compostos de questionários, com questões binárias (sim ou não) ou com opção de resposta “não se aplica”.

O conteúdo dos Indicadores Ethos preserva a estrutura que os consolidou como ferramenta de aprendizado: questões de profundidade, questões binárias e questões quantitativas. As questões de profundidade e as binárias são obrigatórias para a elaboração do relatório de diagnóstico. As questões quantitativas não são de preenchimento obrigatório, mas o Instituto Ethos recomenda que sejam preenchidas na etapa de planejamento.

Além dos indicadores apresentados, o Instituto Ethos engloba a planilha proposta pelo IBASE (VAZ; LEZANA; MALDONADO, 2017).

2.4.3 IBASE

O modelo IBASE foi criado pela organização de cidadania ativa e sem fins lucrativos denominado Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). O balanço social, que segue a metodologia do IBASE, demonstra os dados de dois exercícios por via de uma tabela simples e direta, cuja divulgação deve ser ampla (TORRES; MANSUR, 2008).

A partir da metade do ano de 1997, o IBASE, estuda e estimula os empresários e a sociedade acerca da importância do balanço social no Brasil (ROCHA *et al.*, 2016).

O modelo é composto de sete categorias.

Quadro 8 — Categorias de indicadores balanço social IBASE

Categoria	Descrição
Base de cálculo	São as três informações financeiras — receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta — que servem de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dos dados apresentados
Indicadores sociais internos	São apresentados todos os investimentos internos, obrigatórios e voluntários, que a empresa realiza para beneficiar e/ou atender ao corpo funcional (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados e outros).
Indicadores sociais externos	São os investimentos voluntários da empresa, cujo público-alvo é a sociedade em geral (projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos e outros). São as ações sociais privadas realizadas por empresas visando à sociedade ou a alguma comunidade externa relacionada, direta ou indiretamente, com os objetivos ou interesses das corporações.
Indicadores ambientais	São apresentados os investimentos da empresa para mitigar ou compensar seus impactos ambientais e também aqueles que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica, seja por programas internos de educação ambiental. Também são solicitados investimentos em projetos e ações que não estão relacionados com a operação da companhia e um indicador qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais de ecoeficiência.
Indicadores do corpo funcional	São apresentadas as informações que identificam de que forma se dá o relacionamento da empresa com seu público interno no que concerne à criação de postos de trabalho, à utilização do trabalho terceirizado, ao número de estagiários(as), à valorização da diversidade — negros(as), mulheres, faixa etária e pessoas com deficiência — e à participação de grupos historicamente discriminados no país em cargos de chefia e gerenciamento da empresa (mulheres e negros).
Indicadores relevantes quanto à cidadania empresarial	São indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição dos benefícios. Também aparecem, nessa parte do balanço, algumas das diretrizes e dos processos desenvolvidos na empresa que estão relacionados às políticas e às práticas de gestão da responsabilidade social corporativa. O termo “cidadania empresarial” refere-se a uma série de ações relacionadas aos públicos que interagem com a empresa, com grande ênfase no público interno.
Outras informações	Espaço reservado e amplamente utilizado pelas empresas para divulgar outras informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais. Devem apresentar suas declarações de não utilização de mão de obra infantil ou de trabalho análogo ao escravo ou degradante; seu não envolvimento com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente; seu não envolvimento com corrupção; e seu compromisso com a valorização e o respeito à diversidade.

Fonte: Adaptado de IBASE (2008).

O principal idealizador do modelo IBASE foi o sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”, que, já na década de 1980, inicia contatos com empresários inclinados a fazer doações e contribuir com campanhas sociais. O primeiro modelo desenvolvido pelo IBASE foi no primeiro semestre do ano de 1997, em parceria com pesquisadores e técnicos de entidades públicas e privadas. Também houve apoio e recomendações

da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que emitiu uma instrução normativa exigindo que as empresa de capital aberto publicassem o balanço social modelo IBASE (TORRES; MANSUR, 2008).

Quadro 9 — Item base de cálculo balanço social IBASE

1. Base de cálculo	20XX	20XX - 1
Receita Líquida (RL)		
Resultado Operacional (RO)		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		

Fonte: Adaptado de Torres e Mansur (2008).

No item 1 do balanço social IBASE, consta a base de cálculo e são apresentados os valores da Receita Operacional, da Receita Líquida, o valor gasto em Folha de Pagamento Bruta e o valor gasto com as empresas que prestam serviço para a entidade que apresenta a demonstração

Os indicadores sociais internos são apresentados no item 2.

Quadro 10 — Indicadores sociais internos IBASE

2. Indicadores sociais internos	20XX			20XX-1		
	Valor	% FPB	% RL	Valor	%FPB	%RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e saúde do trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creche ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total dos indicadores sociais internos						

Fonte: Adaptado de IBASE (2008).

São demonstrados os valores gastos com benefícios/direitos oferecidos aos empregados da entidade, alimentação, auxílios e previdência privada.

O item 3 traz os indicadores sociais externos, no caso, os tributos pagos pela entidade, que voltarão para a sociedade de alguma maneira, além dos investimentos na comunidade em geral. E o item 4 traz os indicadores ambientais, que são representados pelos valores investidos pela entidade para reduzir e/ou compensar os impactos ambientais.

Quadro 11 — Indicadores sociais externos, ambientais e lucro social IBASE

3. Indicadores sociais externos	Valor	% FPB	% RL	Valor	%FPB	%RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos excluídos encargos sociais						
Total dos indicadores sociais externos						

Fonte: Adaptado de IBASE (2008).

A soma dos indicadores sociais internos, externos e ambientais indica o lucro social da entidade.

Quadro 12 — Indicadores do corpo funcional IBASE

4. Indicadores ambientais	Valor	% FPB	% RL	Valor	%FPB	%RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da entidade						
Investimentos em programas e/ou projetos externos						
Total de investimentos em meio ambiente						
Esporte						
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos e o consumo em geral na produção/operação, e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	<input type="checkbox"/> Não possui metas <input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> Cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> Cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> Não possui metas <input type="checkbox"/> Cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> Cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> Cumpre de 76 a 100%			
5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados terceirizados						
Nº de estagiários						
Nº de empregados acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros que trabalham na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros						
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais						

Fonte: Adaptado de IBASE (2008).

O item 5 traz informações do corpo funcional, aqui, são apresentados os dados quantitativos de empregados ao final do período, as admissões ocorridas durante o

período de reporte, a quantidade de estagiários e menores aprendizes, de pessoas com necessidades especiais e os percentuais de cargos de chefia ocupados por mulheres e negros.

Quadro 13 — Exercício de cidadania empresarial — IBASE

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	20XX	Metas 20XX+1
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa		
Número total de acidentes de trabalho		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() Direção () Direção e gerências () Todos empregados	() Direção () Direção e gerências () Todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() Direção e gerências () Todos empregados () Todos + Cipa	() Direção e gerências () Todos empregados () Todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	() Não se envolve () Segue as normas OIT () Incentiva e segue as normas OIT	() Não se envolve () Segue as normas OIT () Incentiva e segue as normas OIT
A previdência privada contempla:	() Direção () Direção e gerências () Todos empregados	() Direção () Direção e gerências () Todos empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() Direção () Direção e gerências () Todos empregados	() Direção () Direção e gerências () Todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões de ética e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() Não são considerados () São sugeridos () São exigidos	() Não são considerados () São sugeridos () São exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() Não se envolve () Apoia () Organiza e incentiva	() Não se envolve () Apoia () Organiza e incentiva
Número total de reclamações críticas de consumidores:	Na empresa: No Procon: Na Justiça:	Na empresa: No Procon: Na Justiça:
% de reclamações e críticas solucionadas:	Na empresa: % No Procon: % Na Justiça: %	Na empresa: % No Procon: % Na Justiça: %
Valor adicionado total a distribuir	Em 20XX:	Em 20XX-1:

Distribuição do valor adicionado	___% governo ___% acionistas ___% terceiros ___% retidos ___% colaboradores	___% governo ___% acionistas ___% terceiros ___% retidos ___% colaboradores
7. Outras informações		

Fonte: Adaptado de IBASE (2008).

As informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial abordam aspectos qualitativos sobre quem define os projetos ambientais e sociais, os padrões de segurança. Já nos fatores quantitativos, são apresentados os números de acidentes de trabalho e a relação percentual entre a menor e maior remuneração da entidade.

2.4.4 Conselho Federal de Contabilidade

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) não foi alheio aos anseios da sociedade por divulgação de informações sociais, além daquelas econômico-financeiras (BANDEIRA; OLIVEIRA; NUNES, 2019) e aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 15 — Informações de Natureza Social e Ambiental, no dia 19 de agosto de 2004, por meio da Resolução CFC nº 1.003/2004, a norma tem por objetivo “demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade” (CFC, 2004, p. 3). O início da vigência seria em 1º de janeiro de 2006, mas o CFC recomendou a adoção antecipada da norma.

As informações de natureza social e ambiental são entendidas por: geração e a distribuição de riqueza; Recursos Humanos; interação da entidade com o ambiente externo; interação com o meio ambiente (CFC, 2004). O quadro da sequência apresenta o detalhe de cada item.

Quadro 14 — Itens de informação de natureza social e ambiental — NBC T 15

Item da informação	Descrição
Geração e a distribuição de riqueza	Esta informação deve ser de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade — NBC TG 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.
Recursos Humanos	Devem constar dados referentes à remuneração, aos benefícios concedidos, à composição do corpo funcional e das contingências e aos passivos trabalhistas da entidade.
Interação da entidade com o ambiente externo	Devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.
Interação com o meio ambiente	Devem constar os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, passivos e contingências ambientais, investimentos com a educação dos colaboradores e para a comunidade, investimentos em outros projetos ambientais, multas e indenizações ambientais, processos administrativos e judiciais contra a entidade.

Fonte: Adaptado de CFC (2004) e CFC (2008).

Para garantir a fidedignidade das informações, conforme CFC (2004), as informações contábeis contidas na demonstração de informações de natureza social e ambiental são de responsabilidade de contador ou técnico em Contabilidade, regularmente registrado no CRC do estado; ainda devem ser indicados quais os itens são extraídos de fontes não contábeis, assim, demonstrando o critério e o controle utilizados para garantir uma informação íntegra.

Caso a entidade seja submetida à auditoria independente, a demonstração será objeto de revisão por parte de um auditor independente, que deverá emitir um relatório com a opinião acerca da regular elaboração da demonstração. A estrutura proposta pelo Conselho Federal de Contabilidade não se trata de uma imposição legal, embora tenha uma função relevante para os usuários da contabilidade (GOMES *et al.*, 2020).

A demonstração proposta pelo CFC (2004) segue uma estrutura que se inicia pela Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Essa demonstração, que é um dos elementos integrantes do balanço social (CFC, 2008), é obrigatória para as companhias de capital aberto e para o valor da riqueza gerada pela companhia, assim como para a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração

dessa riqueza, por exemplo: empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída (BRASIL, 2007).

Quadro 15 — Estrutura da DVA

Estrutura da Demonstração do Valor Adicionado	
Receitas arrecadadas	Incluindo os tributos incidentes sobre as vendas — ICMS, IPI, PIS e COFINS — e deduzidas as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.
Insumos adquiridos de terceiros	Incluindo os tributos incidentes sobre as compras — ICMS, IPI, PIS e COFINS.
Valor adicionado bruto	Diferença entre as receitas e os insumos adquiridos de terceiros.
Depreciações/amortizações/exaustões	Valores reconhecidos no período e normalmente utilizados para conciliação entre o fluxo de caixa das atividades operacionais e o resultado líquido do exercício.
Valor adicionado líquido	Valor adicionado bruto deduzido da depreciação/amortização/exaustão
Valor adicionado recebido em transferência	A riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade, e sim por terceiros, e que a ela é transferida.
Valor adicionado a distribuir	Valor adicionado líquido somado ao valor adicionado recebido em transferência.
Distribuição do valor adicionado	Apresenta de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Valores distribuídos ao pessoal. FGTS. Tributos (ICMS, IPI, PIS, ISS, COFINS). Remuneração do capital de terceiros. Remuneração sobre o capital próprio (superávit retido).

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CFC (2008).

O item seguinte do Relatório de Informações de Natureza Social e Ambiental, proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade, aborda os Recursos Humanos. “Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade” (CFC, 2004, p. 4). 1.312,08 % em 2019 e 1.351,46 % em 2020.

Quadro 16 — Informações de Recursos Humanos NBC T 15

B) Recursos Humanos		
	20XX	20XX-1
Remuneração bruta		
Empregados		
Terceirizados		
Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os servidores e os contratados (%)		
Gastos com encargos sociais		
Gastos com alimentação		
Gastos com transporte		
Gastos com previdência privada		
Gastos com saúde		
Gastos com segurança e medicina do trabalho		
Gastos com cultura		
Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)		
Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional		
Gastos com creche ou auxílio-creche		
Participação nos lucros ou resultados		

Fonte: Adaptado de CFC (2004).

No item de informação referente aos Recursos Humanos, são apresentados os valores das remunerações brutas, podendo haver segregação entre servidores, contratados e terceirizados. A relação percentual entre a maior e a menor remuneração considera os servidores e os contratados, incluindo as funções de direção.

Ainda na seção B do Relatório de Informações Sociais e Ambientais, são apresentados os gastos com benefícios aos empregados. O item da informação “Recursos Humanos” também traz a composição dos Recursos Humanos com informações detalhadas sobre a entidade que apresenta tal demonstração.

Quadro 17 — Composição dos Recursos Humanos NBC T 15

Composição dos Recursos Humanos		
	20XX	20XX-1
Total de empregados ao final do exercício		
Total de contratações		
Total de demissões		
Total de estagiários ao final do exercício		
Total de portadores de necessidades especiais ao final do exercício		
Total de empregados por gênero	() Masculino () Feminino	() Masculino () Feminino
Total de empregados por faixa etária		

Fonte: Adaptado de CFC (2004).

O nível de escolaridade é uma informação que pode ser importante para tomada de decisão quanto a projetos de qualificação dos empregados.

Quadro 18 — Total de empregados por nível de escolaridade — NBC T 15

Total de empregados por nível de escolaridade		
	20XX	20XX-1
Analfabetos		
Ensino Fundamental		
Ensino Médio		
Ensino Técnico		
Graduação		
Especialização		
Mestrado		
Doutorado		
Percentual de ocupantes em cargos de chefia e direção		
Homens		
Mulheres		
Negros		
Portadores de necessidades especiais		
Ações trabalhistas movidas contra as entidades		
Procedentes		
Improcedentes		
Indenizações e multas pagas por determinação do Judiciário		

Fonte: Adaptado de CFC (2004).

Outra informação que pode ser útil para órgãos de controle, sindicatos, empregados, entre outros, é a informação acerca das ações judiciais movidas pelos trabalhadores contra a entidade.

Quadro 19 — Interação da entidade com o ambiente externo — NBC T 15

C) Interação da entidade com o ambiente externo			
20XX		20XX-1	
Interação com a comunidade			
Investimentos em educação, exceto de caráter ambiental			
Investimentos em cultura			
Investimentos em saúde e saneamento			
Investimentos em esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária			
Investimentos em alimentação			
Interação com clientes			
Reclamações recebidas diretamente na entidade			
Reclamações recebidas por meio do:	Procon		Procon
	Judiciário		Judiciário
Reclamações atendidas:	Procon		Procon
	Judiciário		Judiciário
Montante de multas e indenizações determinadas por:	Procon		Procon
	Judiciário		Judiciário
Interação com fornecedores			
Utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores?			
() Sim		() Não	

Fonte: Adaptado de CFC (2004).

O item C traz as informações quanto à relação da entidade junto ao ambiente externo, o qual inclui a comunidade, os clientes e fornecedores, sobre estes a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social na seleção de fornecedores; para os órgãos da Administração Pública, a licitação visa garantir, entre outros aspectos, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (BRASIL, 1993; BRASIL, 2021c). Assim, cabe demonstrar se a entidade pública observa essa legislação.

Quadro 20 — Interação da entidade com o meio ambiente — NBC T 15

D) Interação com o meio ambiente				
	20XX		20XX-1	
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do ambiente				
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados				
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e gestores da entidade				
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade				
Quantidade de processos movidos contra a entidade:	Ambientais		Ambientais	
	Administrativos		Administrativos	
	Judiciais		Judiciais	
Valor de multas e indenizações relativas à matéria ambiental:	Ambientais		Ambientais	
	Administrativos		Administrativos	
	Judiciais		Judiciais	
Passivos e contingências ambientais				

Fonte: Adaptado de CFC (2004).

Por fim, o quadro 20 apresenta a interação da entidade com o meio ambiente, aqui, deverão ser apresentados os investimentos relacionados ao meio ambiente e à educação ambiental, além de processos administrativos, judiciais e multas.

A última linha da demonstração trata dos passivos e das contingências ambientais; nesse ponto a informação será extraída dos sistemas contábeis por meio das contas de passivo e notas explicativas. Conforme CFC (2016a), os elementos utilizados nas demonstrações contábeis são:

Quadro 21 — Elementos das demonstrações contábeis

Ativo	é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
Passivo	uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
Receita	corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
Despesa	corresponde a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
Contribuição dos proprietários	corresponde à entrada de recursos para a entidade a título de contribuição de partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
Distribuição aos proprietários	corresponde à saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Fonte: CFC (2016a).

Dessa maneira, os passivos contingentes são aquelas obrigações possíveis, que resultam de eventos passados (CFC, 2016b).

2.5 RELATÓRIO DE GESTÃO

Conforme o TCU (BRASIL, 2020) o objetivo principal do relatório de gestão é oferecer uma visão nítida para a sociedade em geral acerca de como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas podem levar à geração de valor público em curto, médio e longo prazos, no contexto de seu ambiente externo, e demonstram, e justificam os resultados alcançados diante dos objetivos estabelecidos. Conforme TCU (BRASIL, 2019b, p. 5), o relatório de gestão “é a peça central da prestação de contas que os responsáveis pela gestão de recursos públicos devem realizar a cada exercício”.

Ainda segundo o TCU (BRASIL, 2020), o relatório de gestão deverá ser elaborado na forma de relato integrado, que é uma nova forma de relatar. Freitas e Freire (2017) afirmam que o relato integrado surgiu a partir da necessidade de integração das informações entre as divulgações voluntárias e obrigatórias das entidades.

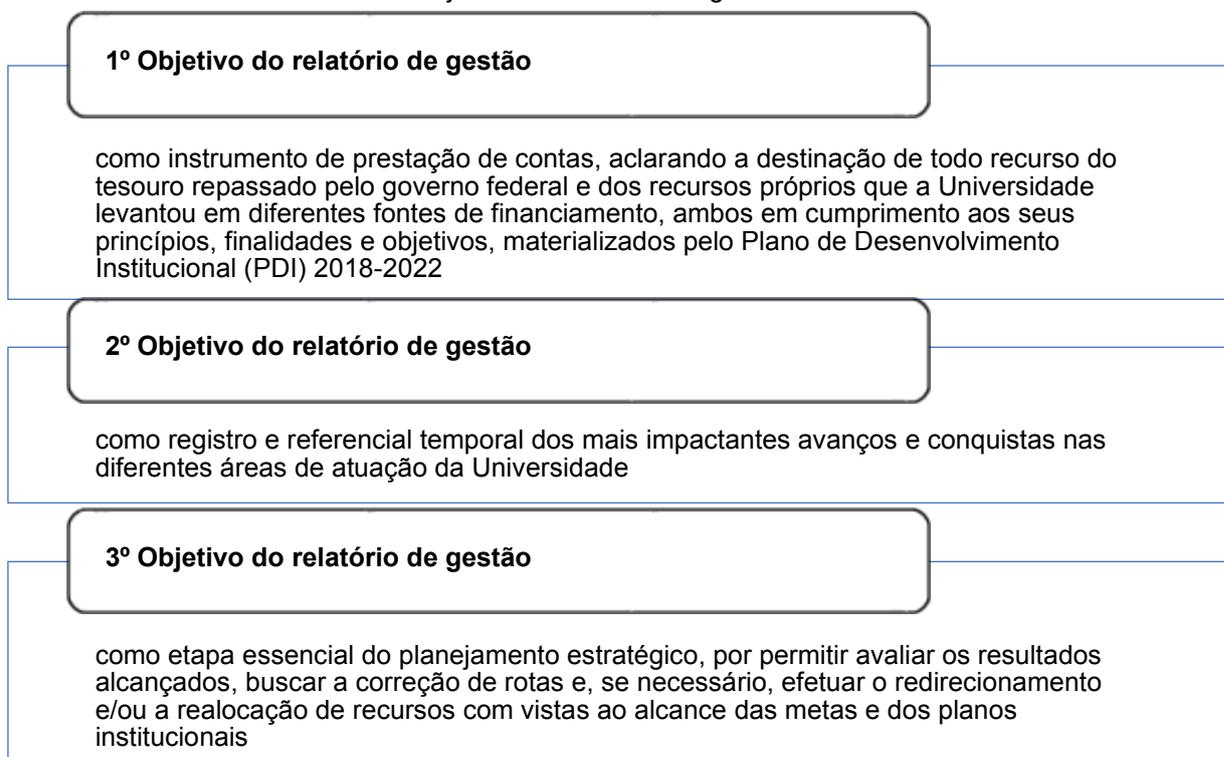
Anualmente, a UTFPR elabora o relatório de gestão, é formada uma comissão com representantes de todos os campus e da reitoria. O relatório de gestão — UTFPR de 2019 foi aprovado pelo Conselho Universitário (COUNI) no dia 21 de agosto de 2020 e enviado ao TCU, que é o órgão de controle externo da UTFPR (COUNI..., 2020).

O relatório de gestão de 2019 apresenta os resultados alcançados pela UTFPR durante o ano de 2019, nele é detalhado o planejamento desenvolvido pela gestão, tendo como base no Plano de Desenvolvimento Institucional (2018-2022).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um instrumento que informa a identidade das universidades e expressa as metas e ações que visam à qualidade do ensino, além de apoiar o controle dos recursos financeiros, planejamento de novos investimentos e tecnologias com vistas ao desenvolvimento (DAL MAGRO; RAUSCH, 2012).

Além de ser uma obrigação legal, memória e recurso de divulgação institucional, o relatório de gestão da UTFPR é composto de três objetivos maiores (UTFPR, 2020a).

Quadro 22 — Objetivos do relatório de gestão — UTFPR 2020



Fonte: Adaptado de UTFPR (2020a).

O relatório de gestão de 2019 da UTFPR é composto de seis capítulos, distribuídos na seguinte ordem:

1. mensagem do dirigente máximo;
2. visão geral organizacional;
3. governança, estratégia e alocação de recursos;
4. riscos, oportunidades e perspectivas;
5. resultados e desempenho da gestão;
6. informações orçamentárias, financeiras e contábeis.

O relatório de gestão da UTFPR segue as disposições do legais do TCU, devendo ser apresentado e elaborado em formato de relato integrado, conforme as orientações contidas em ato próprio do TCU.

Conforme o TCU (BRASIL, 2020), o relato integrado é um avanço no processo de relatar e tem como produto um relatório integrado que integra as informações financeiras e não financeiras. Por sua vez, o CFC (2020, p. 3) afirma que o relato deve ser “conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor a curto, médio e longo prazos”.

Dessa forma, pretende-se propor a inserção do relatório de informações sociais e ambientais dentro relatório de gestão da UTFPR. Essa proposta deve seguir procedimentos metodológicos, estes são apresentados no próximo capítulo, que trata da metodologia.

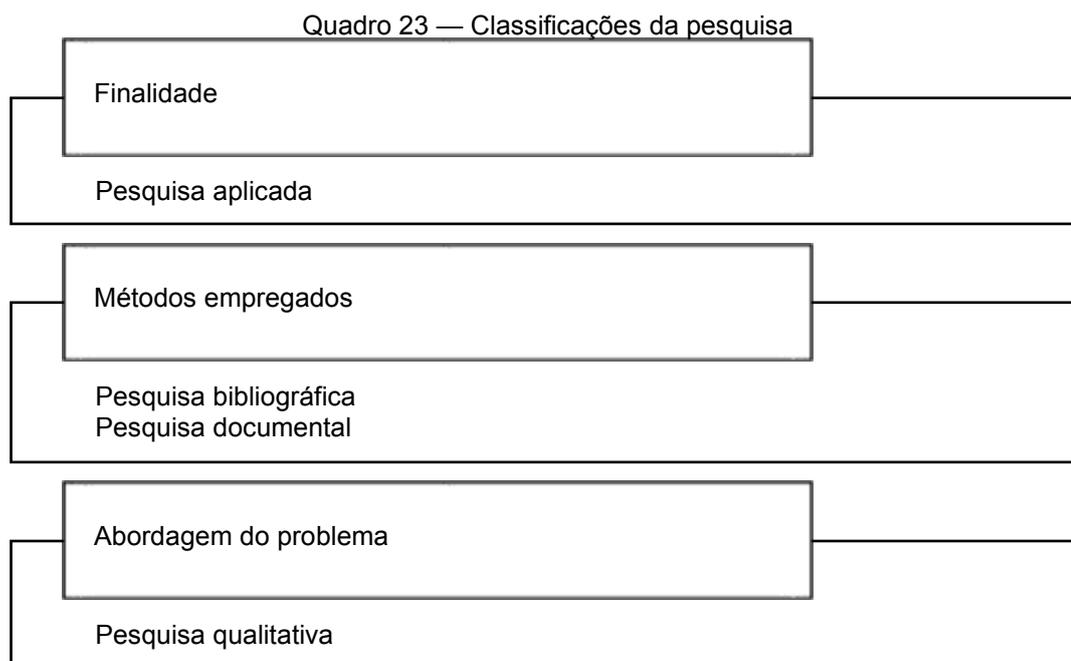
3 METODOLOGIA

Este capítulo tem como objetivo expor a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos, coleta e análise de dados. Nesse sentido, Mattos (2020, p. 44) define a metodologia como o “estudo dos caminhos para chegar a um determinado fim”. No mesmo sentido, Martins e Theóphilo (2016, p. 219) afirmam que, na metodologia, deverá ser explicado “o caminho planejado para se chegar às conclusões da investigação”.

Esta pesquisa, quanto à finalidade, é classificada como aplicada, visto que “está voltada à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica” (GIL, 2018, p. 25).

Quanto aos métodos empregados, a pesquisa é classificada em bibliográfica, por ser elaborada com base em materiais já publicados (GIL, 2018) e documental, uma vez que estes foram analisados ou sistematizados (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015), como as legislações pesquisadas.

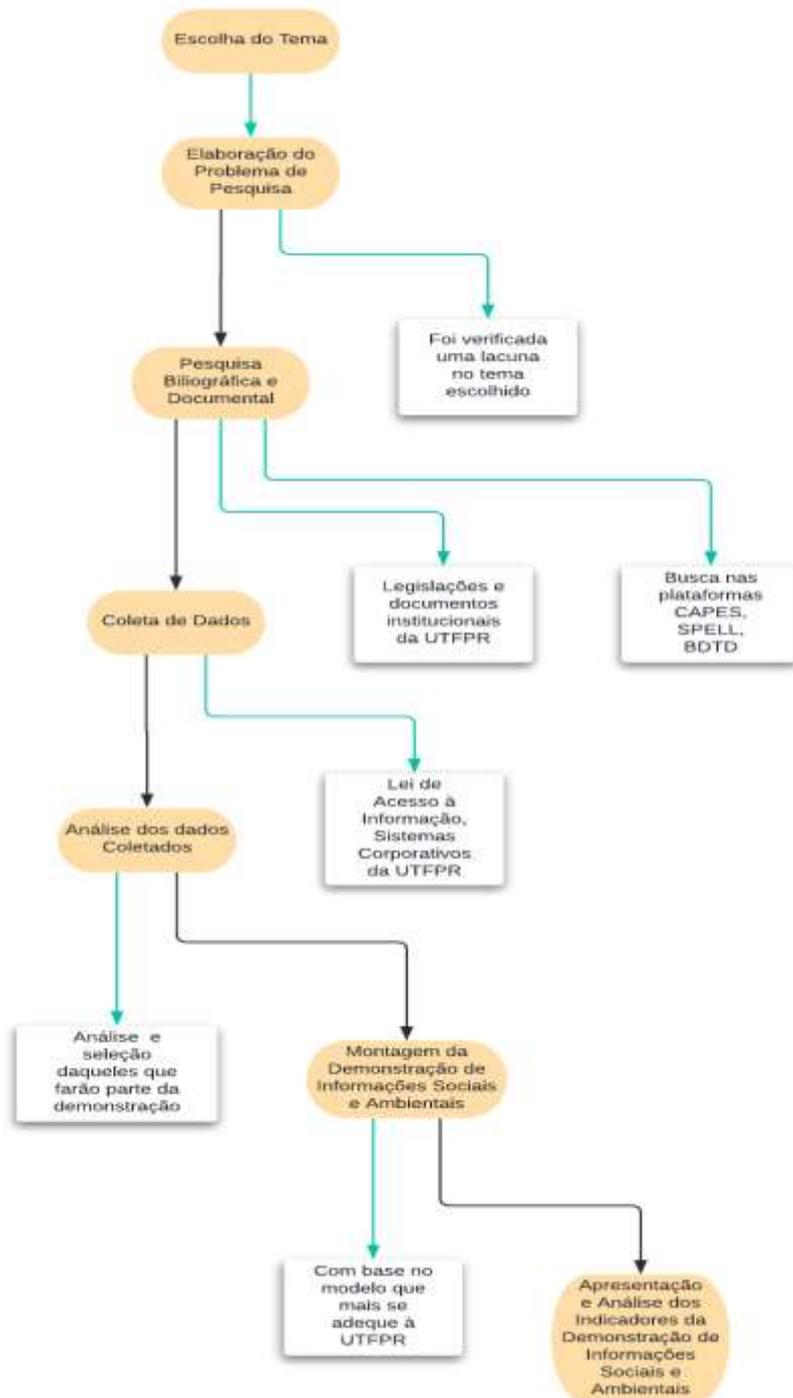
No que diz respeito à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa por ir em busca da compreensão de um fenômeno em seu ambiente natural (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O roteiro da confecção e apresentação do trabalho e da demonstração de informações sociais e ambientais é apresentado na figura 1.

Figura 1 — Fluxograma da confecção do trabalho e da demonstração de informações sociais e ambientais



Para elaborar o problema de pesquisa, foi verificado que são escassos os trabalhos propondo relatórios de informações sociais e ambientais, principalmente quando se trata de Administração Pública.

Conforme verificado nos trabalhos de Cunha Junior (2017) e Moura *et al.* (2021), além de pesquisas na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações, foram encontrados poucos trabalhos voltados à publicação de demonstrações de informações sociais e ambientais no setor público. Nessa última plataforma, foram buscados trabalhos que continham as palavras: “balanço social” ou “relatório de sustentabilidade” e “administração pública”. Foram encontradas apenas três dissertações conforme exposto no quadro 24.

Quadro 24 — Busca de trabalhos sobre relatórios de informações sociais e ambientais

Parâmetros utilizados na pesquisa	“balanço social” OR “relatório de sustentabilidade” AND “administração pública”	
Título	Ano	Autor
“Relatório de sustentabilidade” GRI (<i>Global Reporting Initiative</i>) para a Universidade Federal do Espírito Santo: estudo prospectivo sobre possibilidades de adoção	2014	Felipe dos Santos Cavatti
Balanço socioambiental na administração pública: proposição de implementação na UFGD	2017	Mauro Roberto da Cunha Junior
Relatório de sustentabilidade: uma proposta de indicadores para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	2019	Danilo Durski

Fonte: Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (2021).

Em busca efetuada no repositório institucional da UTFPR, utilizando a palavra “balanço social” no campo “buscar no repositório”, houve retorno do estudo efetuado por Prochera (2015), que propôs a implantação de um balanço social para o campus de Pato Branco da UTFPR.

Moura-Leite e Pereira (2020) apresentam, em sua pesquisa, os modelos adotados por IES; no âmbito público federal, foram apenas duas universidades que apresentaram demonstração de informações sociais e ambientais: a UFCSPA, que traz um modelo IBASE adaptado, e a UFSC, que traz um modelo GRI. O modelo NBC T 15, foi apresentado pela Universidade de Passo Fundo, uma entidade privada sem

fins lucrativos, por sua vez, o modelo Ethos não foi apresentado por nenhuma instituição, seja pública, seja privada.

A pesquisa bibliográfica, segundo Martins e Theóphilo (2016, p. 51), é “uma estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica”. Foi efetuada, também, a pesquisa bibliográfica por meio de buscas em bases de dados, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e a Plataforma CAPES. Além disso, foram analisadas as referências nos trabalhos encontrados.

Foram buscados trabalhos entre 2015 e 2020, com palavras-chave: balanço social, responsabilidade social, contabilidade, relatório de sustentabilidade, *social report*, *social balance sheet*, *sustainability report*, *social responsibility*. Com base na análise dos trabalhos encontrados, foram verificadas as referências presentes nos achados, a fim de verificar estudos que não foram identificados nas buscas nas bases de dados utilizadas, nesse caso, não foram observados os filtros das buscas, mas sim os conteúdos.

Para a confecção da demonstração de informações sociais e ambientais, foram coletados dados, por meio dos sistemas corporativos da UTFPR, devido à restrição de acesso em alguns sistemas por parte do pesquisador — SIAPE, por exemplo, que traz informações sobre Recursos Humanos. Serão solicitados dados por meio da Lei de Acesso à Informação, para o trabalho, porém, no caso da aplicação prática, o SIAPE seria utilizado por servidor devidamente autorizado. Os dados foram analisados, e aqueles que puderem trazer a informação contábil/financeira/social/ambiental foram separados e compõe a demonstração de informações sociais e ambientais.

3.1 COLETA DOS DADOS PARA O RELATÓRIO

Para a extração dos dados para compor o relatório proposto, utilizou-se dos sistemas do Governo Federal: SIAFI Operacional, SIAFI Web, Tesouro Gerencial. Além de documentos institucionais da UTFPR, como o relatório de gestão 2019 e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2018-2022).

3.1.1 SIAFI Operacional

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (BRASIL, 1999, n. p.), o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) é um “sistema informatizado que processa e controla a execução orçamentária, financeira e patrimonial da União”. O SIAFI possui objetivos definidos pela STN (BRASIL, 1999).

Quadro 25 — Objetivos do SIAFI

Objetivos do SIAFI	
Prover:	de mecanismos adequados ao registro e controle diário da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, os Órgãos Central, Setorial, Seccional e Regional do Sistema de Controle Interno e órgãos executores.
Fornecer:	meios para agilizar a programação financeira, com vistas a otimizar a utilização dos recursos do Tesouro Nacional.
Integrar e compatibilizar:	as informações disponíveis nos diversos órgãos e entidades participantes do sistema.
Permitir:	que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinada a todos os níveis da administração pública federal;
	aos segmentos da sociedade obterem a necessária transparência dos gastos públicos;
	a programação e o acompanhamento físico-financeiro do orçamento, em âmbito analítico;
	o controle da dívida interna e externa do Governo Federal, bem como o das transferências negociadas;
	o registro contábil dos balancetes dos estados, municípios e de suas supervisionadas.

Fonte: Adaptado de Brasil (1999).

Os objetivos do SIAFI vão ao encontro das necessidades de a administração pública prestar contas para a sociedade. Por meio do SIAFI Operacional, serão extraídos os dados de saldos de contas contábeis, por meio da transação “>conrazao”. Essa transação possibilita detalhar uma conta contábil e contas-correntes, bem como o demonstrativo sintético do Razão (BRASIL, 2019a).

Figura 2 — Visão geral do SIAFI Operacional



Fonte: Serpro (2021).

Além da transação “>conrazao”, também podem ser obtidos saldos de contas por meio da transação “>balancete”, que traz, ainda, o saldo da conta ou grupo de contas de determinado período, além do movimento credor e devedor.

Essa ferramenta é bastante útil para extrair saldos de determinadas contas. Porém, o SIAFI Operacional, para algumas consultas, não se mostra ágil. Assim, a ferramenta mais prática de ser utilizada é o Tesouro Gerencial, que será apresentado na seção a seguir.

3.1.2 Tesouro Gerencial

O Tesouro Gerencial foi lançado em 2015 como um sistema de consultas e informações do SIAFI Operacional e Gerencial, possibilitando a elaboração de relatórios que partem da extração de dados da execução financeira, contábil e patrimonial (REIS; PERTEL, 2019).

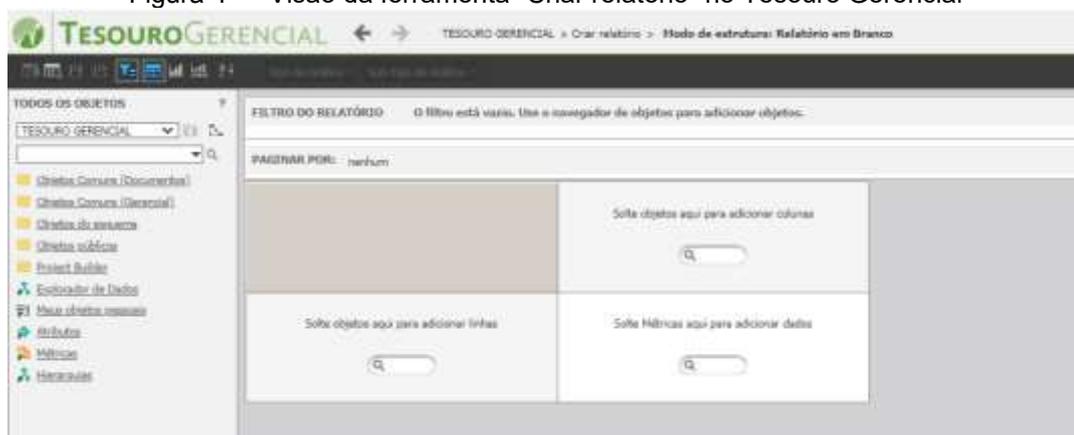
Figura 3 — Tela de login do Tesouro Gerencial



Fonte: Brasil (2020a).

O Tesouro Gerencial ainda possui algumas limitações de uso quanto aos horários, conforme pode ser observado na figura 3, o sistema não funciona aos fins de semana e feriados. Para o acesso, é utilizada a mesma senha do SIAFI Operacional; para isso, o usuário deve solicitar ao cadastrador do órgão o perfil TESCONGER e/ou TESCUSTOS, este para ter acesso ao SIC (Sistema de Informações de Custos) e aquele para acesso ao próprio Tesouro Gerencial. Para criação de relatórios, que poderá ser em branco, conforme a tela de criar relatório em branco na figura 4, serão selecionados itens para o filtro do relatório.

Figura 4 — Visão da ferramenta “Criar relatório” no Tesouro Gerencial

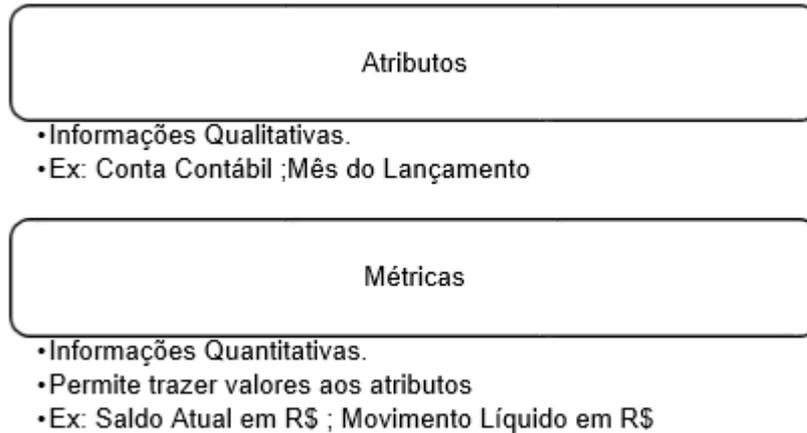


Fonte: Brasil (2020a).

Reis e Pertel (2019, p. 38, grifo dos autores) afirmam que o sistema Tesouro Gerencial “é uma ferramenta que utiliza a plataforma Microstrategy (*software de business intelligence*) para extração de dados, cuja base é o SIAFI”.

A construção de relatórios no Tesouro Gerencial exige conhecimento acerca de orçamento e contabilidade, são utilizados atributos e métricas para construir os relatórios, assim, com o devido preenchimento dos filtros, pode-se obter a informação específica, ganhando tempo em comparação à pesquisa efetuada no SIAFI Operacional.

Quadro 26 — Itens para construir relatórios no Tesouro Gerencial

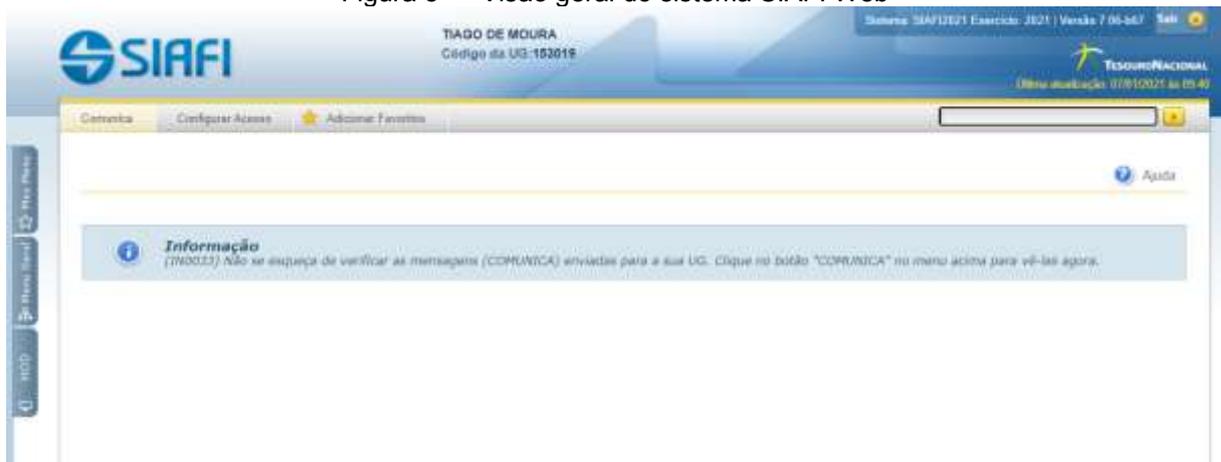


Fonte: Adaptado de Brasil (2020a).

3.1.3 SIAFI Web

O sistema SIAFI Web teve sua primeira versão disponível em 2 de janeiro do ano de 2012. Trata-se de um projeto denominado Novo SIAFI, que objetiva migrar para uma plataforma tecnológica que seja mais moderna, flexível e econômica. Dessa forma, o projeto pretende contribuir para a transparência e a eficiência em termos de gestão financeira e orçamentária (BRASIL, 2020b).

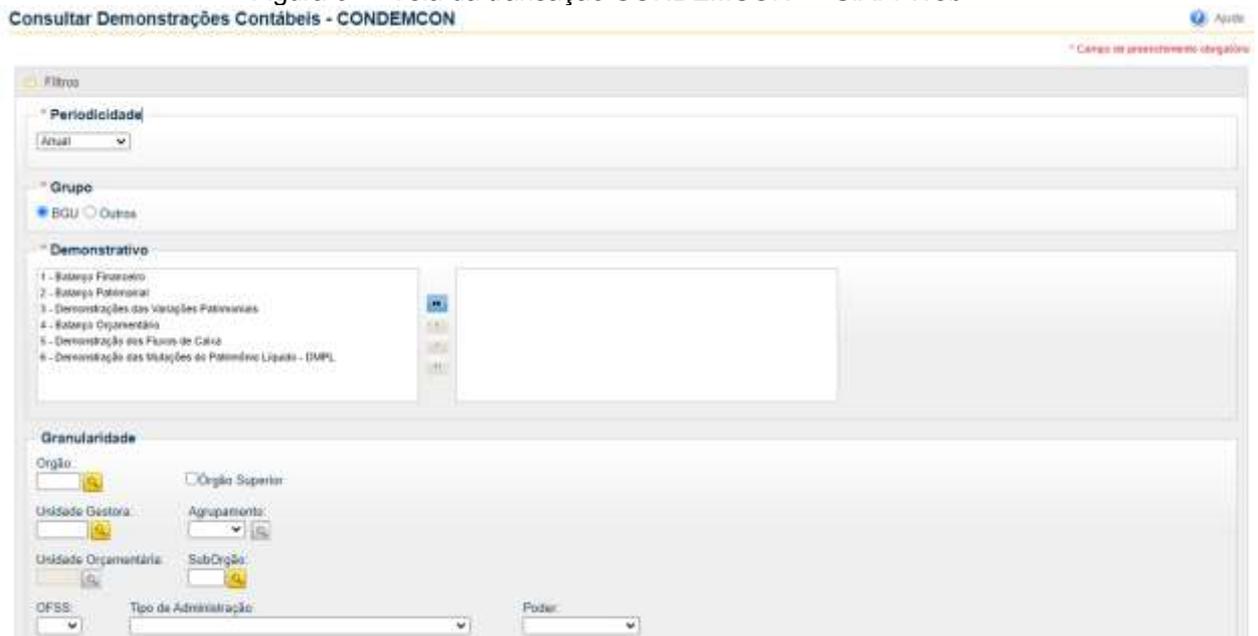
Figura 5 — Visão geral do sistema SIAFI Web



Fonte: Brasil (2021d).

Por meio da transação CONDEMCON, é possível extrair as demonstrações contábeis para a recolhimento dos dados que comporão as informações contábeis/financeiras do relatório de informações sociais e ambientais.

Figura 6 — Tela da transação CONDEMCON — SIAFI Web



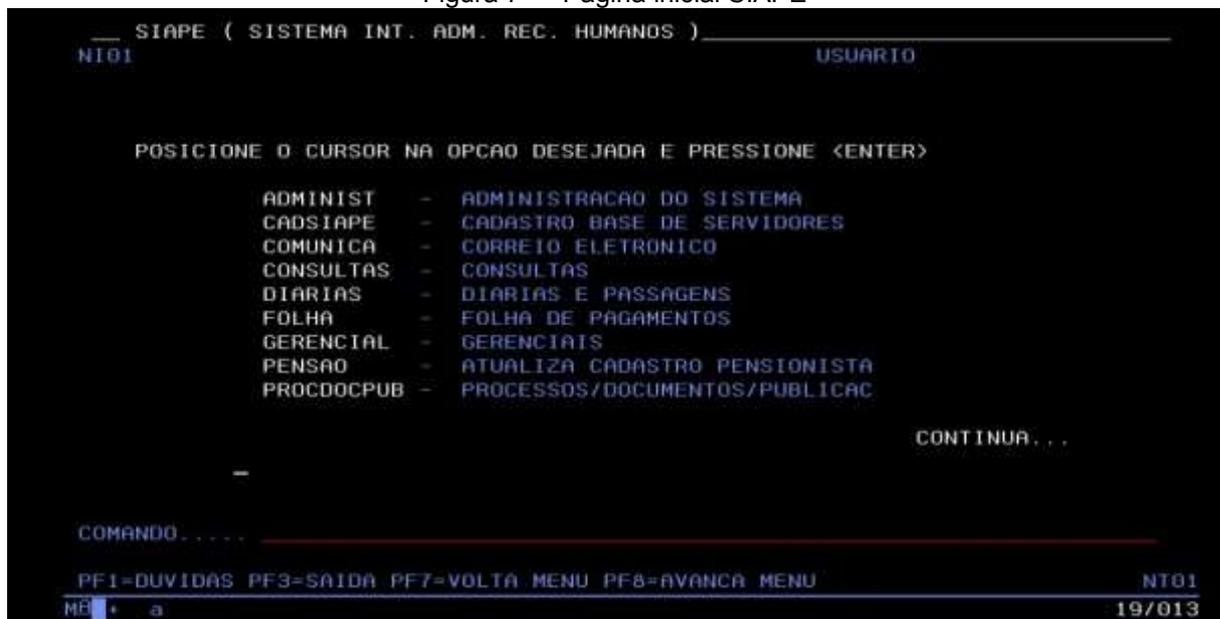
Fonte: Brasil (2021d).

As demonstrações disponíveis nessa transação são aquelas exigidas pela STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), porém, para extrair as informações que darão suporte em informações contábeis para o Relatório de Informações Sociais e Ambientais, serão necessários o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais.

3.1.4 SIAPE

Criado em 1989, o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), devido à necessidade de o governo federal ter informações de quanto era gasto com pagamento de pessoal. Trata-se de um sistema que abrange todo o Brasil, com a missão de integrar as plataformas de gestão da folha de pessoal dos servidores públicos (UFES, 2019).

Figura 7 — Página inicial SIAPE



Fonte: Serpro (2021).

Por meio da transação “>consultas”, serão extraídos os dados ligados aos Recursos Humanos, que comporão o Relatório de Informações Sociais e Ambientais. Os operadores desse sistema na UTFPR são: Diretoria de Gestão de Pessoas (DIRGEP) (na reitoria) e Coordenadoria de Recursos Humanos (COGERH) (nos treze campus). A diretoria e coordenadorias citadas também fornecem dados relacionados às ações trabalhistas ajuizadas por servidores e temporários.

3.2 CAMPO DE PESQUISA

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná é uma autarquia federal, criada pela Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005, que transformou o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) em Universidade Tecnológica Federal

do Paraná. Porém, até chegar ao status de universidade federal, a UTFPR teve um longo caminho, que se iniciou em 1909, quando o então presidente Nilo Peçanha editou o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, em que foram criadas, nas capitais dos estados, as Escolas de Aprendizes e Artífices (BRASIL, 1909).

Atualmente, a UTFPR é integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, também composta dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), CEFET-RJ, CEFET-MG; das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; e do Colégio Pedro II (BRASIL, 2008).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é a declaração que identifica a IES quanto à sua filosofia de trabalho, à missão proposta, às diretrizes pedagógicas, que são a orientação de suas ações, à estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que são desenvolvidas ou aquelas que pretende desenvolver (CASTRO *et al.*, 2020).

Na UTFPR, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente é o PDI 2018-2022. Esse documento informa que a UTFPR possui 127 cursos regulares em atividade, sendo 123 cursos de graduação; destes, há 15 em fase de extinção. Os cursos de graduação presenciais são ofertados em três modalidades: tecnologia, bacharelado e licenciatura; e a UTFPR também possui quatro cursos técnicos integrados de nível médio (UTFPR, 2017a).

Em números, o relatório de gestão UTFPR 2019 apresenta quantitativos que demonstram a importância da Universidade conforme quadro 27.

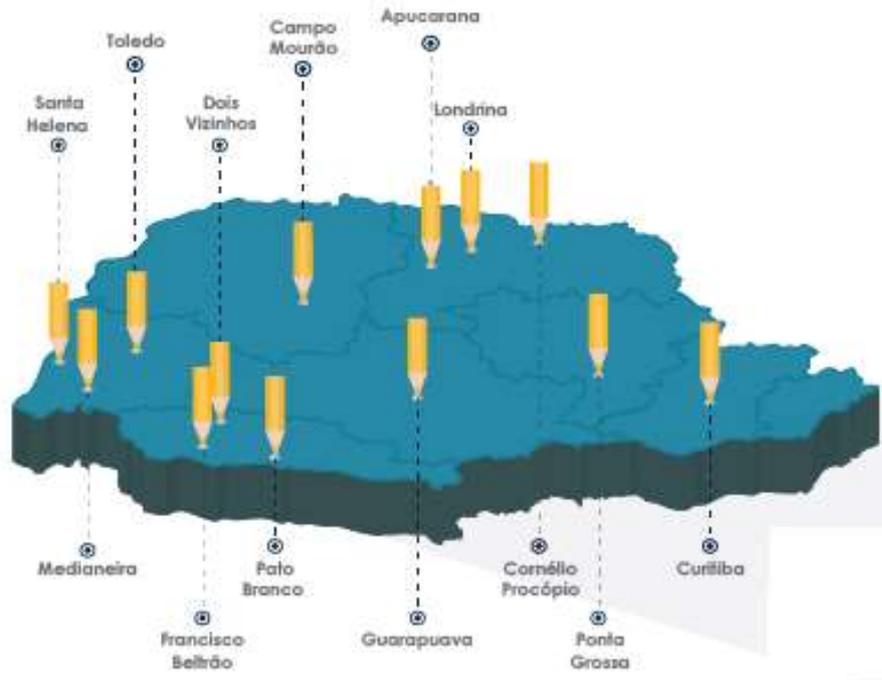
Quadro 27 — UTFPR em números

Discentes
Técnicos: 509
Bacharelado: 22.818
Licenciatura: 3.223
Tecnologia: 3.184
Especialização: 3.305
Mestrado: 3.151
Doutorado: 679
Servidores
Técnicos administrativos: 1.145
Docentes efetivos: 2.495
Docentes substitutos: 242
Docentes visitantes: 9
Orçamento
Custeio: R\$ 168.145.406,73
Investimento: R\$ 23.143.188,57
Pessoal: R\$ 837.201.493,72

Fonte: Adaptado de UTFPR (2020a).

A UTFPR possui uma estrutura multicampi, com a reitoria sediada em Curitiba e treze campus espalhados pelo estado do Paraná, são eles: Apucarana, Campo Mourão, Cornélio Procópio, Curitiba (sede Centro, sede Neville e sede Ecoville), Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Medianeira, Pato Branco, Ponta Grossa, Santa Helena e Toledo. A figura 8 mostra a localização geográfica de cada campus da UTFPR no estado do Paraná.

Figura 8 — Localização dos campus da UTFPR no estado do Paraná



Fonte: UTFPR (2017b).

Conforme UTFPR (2017a), a busca pela excelência é essencial ao se tratar de uma instituição de ensino, dessa forma, é fundamental para definir a identidade institucional o estabelecimento da missão, da visão e dos valores. Estes são descritos no quadro 28.

Quadro 28 — Perfil institucional da UTFPR

<p>Missão</p> <ul style="list-style-type: none"> •Desenvolver a educação tecnológica de excelência por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, interagindo de forma ética, sustentável, produtiva e inovadora com a comunidade para o avanço do conhecimento e da sociedade.
<p>Visão</p> <ul style="list-style-type: none"> •Ser modelo educacional de desenvolvimento social e referência na área tecnológica.
<p>Valores</p> <ul style="list-style-type: none"> •Ética:gerar e manter a credibilidade junto à sociedade. •Desenvolvimento humano:formar o cidadão integrado no contexto social. •Integração social:realizar ações interativas com a sociedade para o desenvolvimento social e tecnológico. •Inovação:efetuar a mudançapor meio da postura empreendedora. •Qualidade e excelência:promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos para a satisfação da sociedade. •Sustentabilidade: assegurar que todas as ações se observem sustentáveis nas dimensões social, ambiental e econômica

Fonte: Adaptado de UTFPR (2017a).

O relatório de gestão 2019 apresenta o mesmo texto da missão e visão, mas, quanto aos valores, foram acrescentados outros aspectos.

- Ética: contar com estudantes e servidores eticamente responsáveis, inseridos em um contexto de busca do conhecimento e de dedicação à verdade científica e à imparcialidade.
- Tecnologia e humanismo: considerar a tecnologia como algo inerente à sociedade e que os aspectos humanos são parte integrante do problema e da solução de todo desenvolvimento tecnológico.
- Desenvolvimento humano: formar o cidadão crítico, ético e autônomo.
- Interação com o entorno: desenvolver sua missão de modo responsável, solidário e cooperativo com a sociedade, governos e organizações.
- Empreendedorismo e Inovação: efetuar a mudança por meio de atitude empreendedora.
- Excelência: promover a melhoria contínua das atividades acadêmicas, de gestão e da relação com a sociedade.
- Sustentabilidade: assegurar que todas as ações se observem sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais e econômicas.
- Diversidade e inclusão: promover a educação tecnológica, respeitando e valorizando a diversidade e o potencial de todas as pessoas.
- Democracia e transparência: valorizar a participação democrática e a transparência em todas as instâncias da UTFPR, como compromissos voltados ao fortalecimento dos processos de participação das comunidades universitária e externa na concepção, decisão, implementação e avaliação das ações da Universidade (UTFPR, 2020a, p. 11).

Tanto no PDI quanto no relatório de gestão, há valores explícitos referentes à sustentabilidade, à responsabilidade social e à transparência.

No que tange à sustentabilidade/responsabilidade social, a UTFPR dispõe, em sua Política de Sustentabilidade, sobre oito princípios. Tais princípios estão diretamente ligados aos itens divulgados nos relatórios de informações sociais e ambientais.

Figura 9 — Princípios da Política de Sustentabilidade da UTFPR



Fonte: Adaptado de UTFPR (2019).

Acerca de parcerias voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade social, no ano de 2019, foi assinado um acordo de cooperação técnica com a Rede Sustenta Paraná; assim, a UTFPR passa a integrar a rede paranaense formada por quinze instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal, com o objetivo de discutir a sustentabilidade na gestão pública.

Figura 10 — Rede Sustenta Paraná



Fonte: SESI-PR (2019).

Também, em 2019, foi assinado o Pacto Global das Nações Unidas, que é um acordo global que incentiva a adoção de políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade, por meio da promoção do diálogo entre diferentes organizações, públicas e privadas.

Em 21 de fevereiro de 2017, foi constituída a Comissão Central do Plano de Logística Sustentável, que forma a UTFPR Sustentável, composta dos membros dos treze campus da UTFPR. Essa comissão tem como objetivo desenvolver e implementar a Política de Sustentabilidade, elaborar o Plano de Logística Sustentável e estabelecer a sustentabilidade em todas as dimensões da universidade (UTFPR, 2020b).

A UTFPR integra o Princípios para Educação Executiva Responsável (PRME), que é uma plataforma das Nações Unidas de compromisso voluntário para escolas de negócios e outras Instituições de Ensino Superior.

Figura 11 — Membros do Capítulo PRME Brasil



Fonte: PRME Brasil (2018).

O PDI 2018-2022 da UTFPR contempla cinco eixos que foram base para definição do planejamento institucional e dos macro-objetivos.

- Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional;
- Eixo 2: Desenvolvimento institucional;
- Eixo 3: Políticas acadêmicas;
- Eixo 4: Políticas de gestão;
- Eixo 5: Infraestrutura física.

Dentre os eixos apresentados, o Eixo 2 — Desenvolvimento institucional apresenta as finalidades de fortalecer a identidade institucional e reforçar as ações de comunicação com a sociedade; assim, mostra a importância de uma demonstração de informações sociais e ambientais. Por sua vez, o Eixo 3 — Políticas acadêmicas apresenta, dentre as suas finalidades, discussão sobre sustentabilidade.

Ainda no Eixo 3, há o macro-objetivo 3.7, que trata de estimular a formação acadêmica voltada à sustentabilidade; ao empreendedorismo, à interdisciplinaridade, à inovação e à empregabilidade (UTFPR, 2017a).

Continuando no PDI 2018-2022, o Eixo 4 — Políticas de gestão apresenta, em suas finalidades, aspectos que são abordados nos modelos de demonstração apresentados no capítulo 2. Assim, as premissas do Eixo 4 têm atividades voltadas à

sustentabilidade, ao meio ambiente, à qualidade de vida do servidor, à formação e à capacitação dos servidores e, por fim, ao respeito à diversidade.

Observa-se que a UTFPR, objeto deste estudo, aborda com importância a sustentabilidade e responsabilidade social; dessa forma, a presença da demonstração de informações sociais e ambientais no relatório de gestão pode apresentar, de forma sintetizada, as ações da UTFPR sobre esse tema, de forma que estas sejam úteis para a sociedade e para os gestores públicos.

4 PROPOSIÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS PARA COMPOR O RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL DA UTFPR

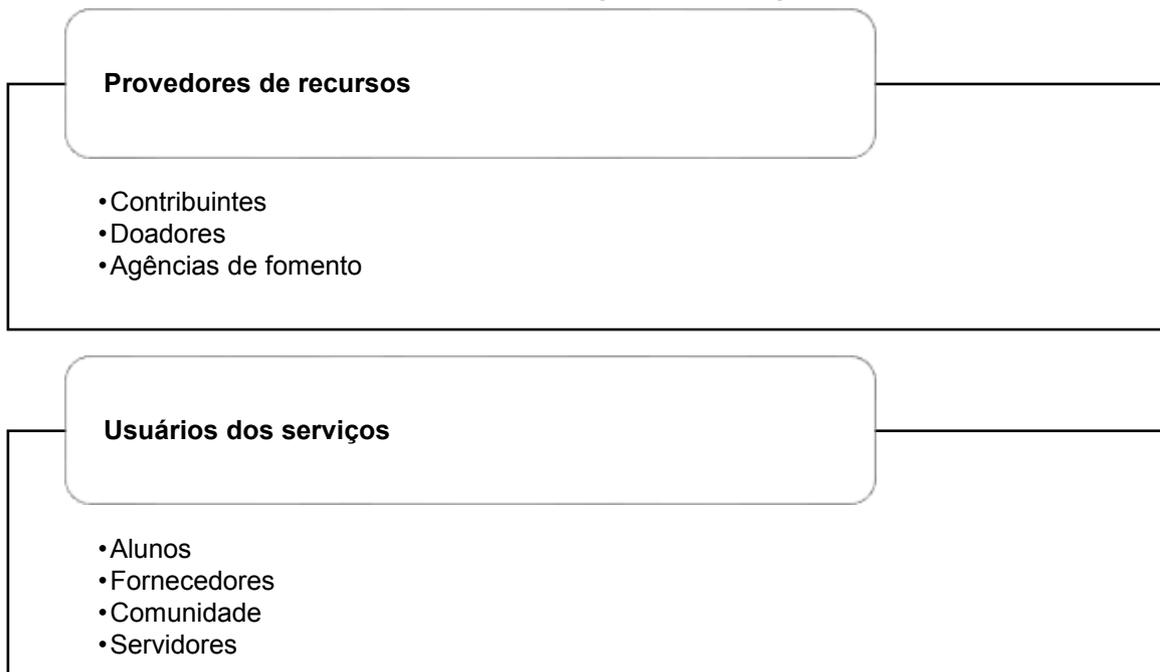
Com base nas ferramentas e legislações apresentadas, será proposta a elaboração da demonstração de informações sociais e ambientais para a UTFPR. Conforme visto no capítulo 2, quatro modelos de relatórios, portanto diversos indicadores de informações sociais e ambientais. Para a proposta, foi efetuada uma comparação entre os modelos e indicadores presentes nas demonstrações.

4.1 USUÁRIOS DA DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Devido à relevância das informações presentes nas demonstrações, sejam financeiras, sejam não financeiras, é importante apontar quais serão os usuários da demonstração proposta. Conforme CFC (2016a), as demonstrações são elaboradas para que sejam atendidas as necessidades de informações daqueles que usam os serviços e que fornecem recursos com a finalidade de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão.

Com base no descrito por CFC (2016a), os usuários das demonstrações são:

Quadro 29 — Usuários da demonstração de informações sociais e ambientais



Fonte: Elaborado pelo autor com base em CFC (2016a).

O quadro 29 apresenta, de forma exemplificativa, os possíveis usuários da demonstração proposta, visto que a gama de informações pode abranger outros usuários.

4.2 PUBLICAÇÕES DA DEMONSTRAÇÃO POR OUTRAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Para verificar se há alguma referência ou padronização recente, foi efetuada uma pesquisa para averiguar se outras universidades federais divulgam o relatório e qual o modelo adotado. Para isso, foi efetuado, por meio do site Fala.BR — Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, o questionamento para 69 universidades federais sobre a publicação ou a intenção de publicar a demonstração de informações sociais e ambientais.

O quadro 30 apresenta os dados solicitados para as universidades federais.

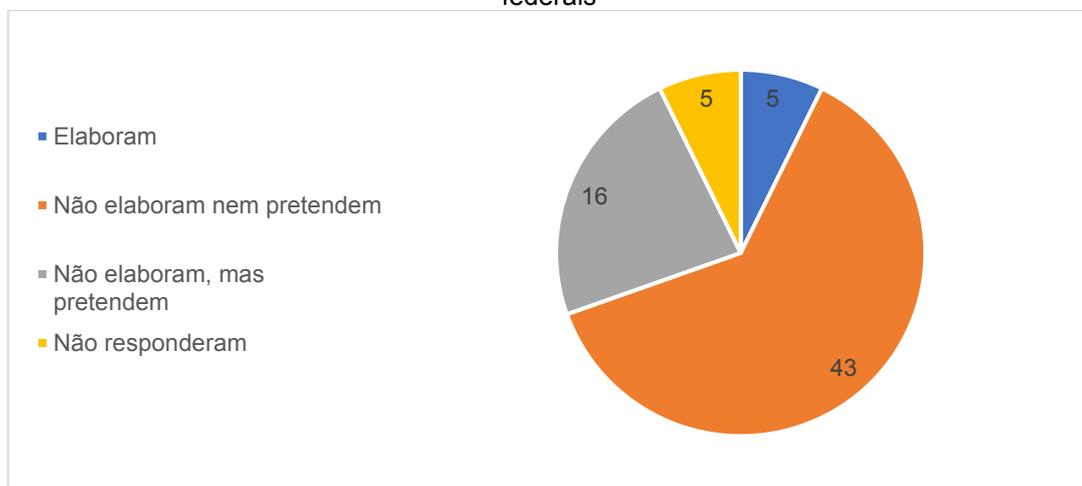
Quadro 30 — Questionamento via Fala.BR

Questionamento	Prezados, tendo em vista o direito à informação conforme a Lei de Acesso à Informação, solicito a seguinte informação: Esta Universidade elabora o Balanço Socioambiental (também denominado por: Demonstração de Informações Sociais e Ambientais, Relatório de Sustentabilidade, Balanço Social Corporativo, Relatório Social e Relatório Social-Ambiental) () SIM ou () NÃO Caso for positivo, enviar o <i>link</i> de acesso. Caso negativo, responder à segunda pergunta: Há intenção de implantar esta demonstração? () SIM () NÃO
Ferramenta	Fala.BR — Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação
População	69 universidades federais
Quantidade de respostas	64 universidades federais
Base legal	Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011
Protocolos	Anexo I

Fonte: Elaborado pelo autor com base no questionário do site Fala.BR; Brasil (2021a).

Os dados foram solicitados em 23 de março de 2021, cinco universidades não responderam ao questionamento; por não constar na lista de universidade na página do Fala.BR, três solicitações de informação foram enviadas por e-mail.

Gráfico 1 — Divulgação de demonstrações de informações sociais e ambientais nas universidades federais



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Apenas cinco instituições elaboraram efetivamente a demonstração de informações sociais e ambientais, outras apresentaram *links* de planos de logística sustentável, plano de desenvolvimento institucional ou mesmo do relatório de gestão, demonstrando que há desconhecimento sobre o tema.

Quanto às entidades que elaboram a demonstração, o quadro 31 nos apresenta o modelo adotado pela instituição.

Quadro 31 — Instituições que apresentam demonstração de informações sociais e ambientais

Instituição	Modelo
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Próprio — denominado “Relatório Social”
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	Próprio — denominado “Relatório de Ações Ambientais
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Global Reporting Initiative (GRI)
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Próprio — denominado “Relatório de Monitoramento Socioambiental”

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Dos modelos apresentados no capítulo 2, apenas o GRI é apresentado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Os outros modelos não foram abordados pelas universidades, que apresentaram modelos próprios, mas que acabam sendo subjetivos, o que não permite a comparação.

Há vários indicadores para mensuração de aspectos sociais, ambientais e econômicos. Na próxima seção, serão apresentadas convergências e divergências desses indicadores por dimensão.

O modelo apresentado pela FURG apresenta uma tabela com dados qualitativos e quantitativos, por exemplo: consumo de água, energia, gastos com transporte aéreo e terrestre, além de resíduos produzidos, qualidade de vida no trabalho, mas não apresenta a metodologia adotada.

O Relatório Social, abordado pela UFCSPA, é um relatório semelhante a um relatório de gestão, mas sucinto, apresenta dados relativos à qualificação de servidores, pesquisa e extensão, sustentabilidade, prevalecendo os aspectos qualitativos (UFCSPA, 2019).

A UNIFAL apresenta o Relatório de Ações Ambientais; trata-se de um documento em que prevalecem os aspectos qualitativos. Em apenas cinco páginas, possui objetivo de mostrar resumidamente as principais ações de sustentabilidade realizadas pela UNIFAL (UNIFAL, 2020).

4.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS DE DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

Nesta seção, são comparados os modelos apresentados no capítulo 2. Assim, os aspectos dos relatórios que se aproximam e aqueles que se distanciam serão demonstrados.

Ambos os modelos apresentam dimensões econômicas, sociais, ambientais, as quais são o tripé da sustentabilidade. Além disso, as entidades citadas compartilham do mesmo interesse das questões sociais no país (MACHADO; SILVA, 2020). Em âmbito econômico, o quadro 32 nos mostra os indicadores de cada modelo.

Quadro 32 — Itens da dimensão econômica dos modelos

Modelo	Indicadores
GRI	Desempenho econômico, presença no mercado, impactos indiretos, práticas de compra, combate à corrupção, concorrência desleal, tributos.
IBASE	Receita líquida, resultado operacional, folha de pagamento, tributos.
Ethos	Os mesmos que o IBASE, por adotar a planilha do IBASE.
Conselho Federal de Contabilidade	Receitas arrecadadas, insumos adquiridos de terceiros, valor adicionado bruto, depreciação/amortização/exaustão, valor adicionado líquido, valor adicionado recebido em transferência, valor adicionado a distribuir, distribuição do valor adicionado.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme apontado no quadro 32, a dimensão econômica mais abrangente é a proposta na NBC T 15, em que os indicadores são apresentados predominantemente de forma quantitativa. Os indicadores do IBASE são semelhantes, porém, com um nível de detalhes menor.

A dimensão social, apresentada no quadro 33, demonstra principalmente indicadores relacionados ao trabalho e ao emprego.

Quadro 33 — Dimensão social

Dimensão social	
GRI	Emprego, relações de trabalho, saúde e segurança do trabalho, capacitação e educação, diversidade e igualdade de oportunidades, não discriminação, liberdade sindical e negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado ou análogo ao escravo, práticas de segurança, direitos de povos indígenas.
IBASE	Alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, bem-estar, saúde e segurança do trabalho, educação e formação profissional, creches ou auxílio-creche, tributos excluídos encargos sociais, investimentos voluntários para a comunidade, informações de cidadania empresarial.
Ethos	Direitos humanos, práticas de trabalho, questões relativas ao consumidor, envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento, número de empregados, admissões, estagiários e menores aprendizes, empregados acima dos 40 anos, mulheres que trabalham na empresa, percentual de mulheres em cargo de chefia, negros em cargos de chefia, pessoas com necessidades especiais.
Conselho Federal de Contabilidade	Remuneração dos trabalhadores, relação entre o maior e menor remuneração da entidade, gastos com encargos sociais, alimentação, transporte, previdência privada, saúde, segurança e medicina do trabalho, cultura, educação (excluída ambiental), capacitação e desenvolvimento profissional, creches e auxílios-creche, composição dos Recursos Humanos, total de trabalhadores no período, estagiários, portadores de necessidades especiais, servidores por gênero, por idade, por nível de escolaridade, percentual de trabalhadores ocupantes de cargos de direção, ações trabalhistas movidas contra a entidade.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os itens do Conselho Federal de Contabilidade são mais detalhados e objetivos, por sua vez, os itens do modelo GRI e Ethos, por apresentarem de forma qualitativa, são subjetivos.

Quadro 34 — Dimensão ambiental

Dimensão ambiental	
GRI	Materiais, energia, água e efluentes, biodiversidade, emissões, resíduos, conformidade ambiental, avaliação ambiental de fornecedores.
IBASE	Investimentos relacionados à produção/operação da entidade, investimentos em programa e/ou projetos externos, metas anuais para minimizar resíduos, consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais.
Ethos	Mudanças climáticas, gestão e monitoramento dos Impactos sobre os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade, impactos do consumo.
Conselho Federal de Contabilidade	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, com educação ambiental para os trabalhadores da entidade e para a comunidade, gastos com a recuperação e/ou preservação dos ambientes degradados, quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, valor de multas relativas à matéria ambiental determinada administrativa/judicialmente contra a entidade, passivos e contingências ambientais.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

De acordo com o conteúdo apresentado no quadro 34, mais uma vez, os indicadores referentes ao meio ambiente propostos pelo CFC são mais objetivos e abrangentes que os demais.

O quadro 35 ilustra, para fins de comparação, as principais vantagens e desvantagens entre os modelos.

Quadro 35 — Comparação: vantagens x desvantagens das demonstrações

Vantagens x Desvantagens			
GRI	IBASE	Ethos	Conselho Federal de Contabilidade
<p>Vantagens: internacionalmente aceito, parâmetro para concessão do certificado <i>International Organization for Standardization (ISO) 14001</i>.</p>	<p>Vantagens: assim como o NBC T 15, tem baixa complexidade; adotado por diversas empresas; formato de tabela, proporcionando objetividade na apresentação das informações.</p>	<p>Vantagens: além do modelo próprio que ajuda a entidade a elencar as questões prioritárias no que diz respeito às suas ações de sustentabilidade, ainda traz o modelo IBASE anexo.</p>	<p>Vantagens: da mesma forma que o IBASE, tem a apresentação em formato de tabela; baixa complexidade; passível de ser auditado; idealizado pelo Conselho Federal de Contabilidade; o contador é o responsável técnico pela elaboração.</p>
<p>Desvantagens: relatório longo e complexo, há margem para falta de objetividade, dificuldade em produzir um documento claro e conciso.</p>	<p>Desvantagens: por falta de padrão, impossibilita uma auditoria; possibilita subjetividade para elencar as questões.</p>	<p>Desvantagens: falta objetividade, assim, pode proporcionar à empresa “escolher” quais dados informar.</p>	<p>Desvantagens: foco excessivo em valores monetários sobre as informações ambientais.</p>

Fonte: Adaptado de CFC (2004), Amadeo (2005), Ribeiro (2009), Ferreira-Quilice e Caldana (2015), Machado e Silva (2020).

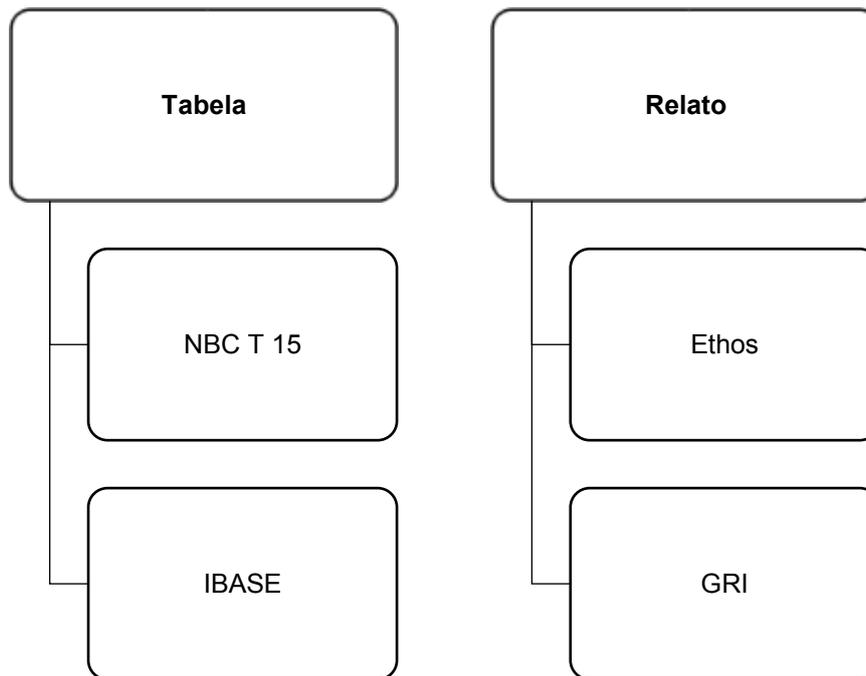
O modelo GRI apresenta como principal vantagem a ampla aceitação internacional, embora Cavatti (2014) afirme que a literatura acadêmica traz diversas críticas acerca do processo de elaboração do modelo GRI, pelas entidades, especialmente com relação à qualidade e à periodicidade.

Por sua vez, os modelos IBASE e CFC apresentam mais vantagens que desvantagens. Para o modelo GRI, Ethos e IBASE, a principal desvantagem apontada é a falta de garantia de um padrão para a elaboração, excetuando-se o modelo proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade; tendo em vista que este segue a Norma Brasileira de Contabilidade — NBC T 15, é preciso que haja a responsabilidade

técnica de um contador ou técnico em Contabilidade e, ainda, é passível de auditoria, a fim de observar as características qualitativas da informação contábil (CFC, 2004).

O modelo proposto pelo Instituto Ethos traz como uma vantagem um guia para auxiliar na leitura, porém da mesma forma que o modelo GRI possibilita subjetividade na elaboração e interpretação. Também há diferenças entre os formatos de apresentação, estes são evidenciados na figura 12.

Figura 12 — Formatos de apresentação das demonstrações de informações sociais e ambientais



Fonte: Elaboração do autor.

Conforme pode ser observado, o modelo proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade e o modelo proposto pelo IBASE são apresentados em formato de tabela, por sua vez, os modelos do Instituto Ethos e do *Global Reporting Initiative* são apresentados em formato de relatório, ou seja, com várias páginas e prezando pelos aspectos qualitativos.

Assim, o modelo mais vantajoso é o proposto pelo CFC, visto que é mais objetivo, passível de ser auditado. Ele é apresentado em formato de tabela, o que deixa as informações mais sucintas, há um responsável técnico por sua elaboração, nesse caso, o contador responsável. Uma única desvantagem encontrada no modelo NBC T 15 foi o foco em excesso nos valores monetários nas informações ambientais, que, segundo Ribeiro (2009), pouco diz sobre o desempenho ambiental da entidade.

Tal desvantagem não desabona o modelo do CFC, uma vez que é a que mais apresentou vantagens. Posto isso, o tópico 4.4 apresentará a demonstração proposta com base no Conselho Federal de Contabilidade, normatizado pela NBC T 15.

4.4 PROPOSIÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

O modelo do Conselho Federal de Contabilidade, conforme verificado no tópico 4.2, é o modelo mais objetivo, passível de verificação por auditores independentes, atende às Normas Brasileiras de Contabilidade e, por consequência, contribui para o cumprimento dos objetivos dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG).

Assim, a demonstração seguirá as disposições do CFC, com algumas adequações ao setor público, apresentando informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos e outros fenômenos, além de prezar pelas características qualitativas da informação contábil (CFC, 2016a).

Ainda conforme CFC (2016a) estas características qualitativas da informação presentes RCPGs são traços que fazem a informação ser útil para os usuários e dão apoio para que objetivos da informação contábil no setor público sejam cumpridos.

Para adicionar informações em relação àquelas apresentadas nos RCPGs, CFC (2018) cita que as notas explicativas tem por objetivo oferecer descrições narrativas ou detalhes de itens divulgados, além da informação sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento ou não puderam ser registrados com confiança nas demonstrações contábeis.

O quadro 36 apresenta as características qualitativas da informação contábil, que devem ser observadas na elaboração da demonstração de informações sociais e ambientais proposta.

Quadro 36 — Características qualitativas da informação

Característica	Descrição
Relevância	As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.
Representação fidedigna	Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar.
Compreensibilidade	Permite aos usuários da informação compreender seu significado.
Tempestividade	Ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (<i>accountability</i>) e tomada de decisão.
Comparabilidade	Possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
Verificabilidade	Auxilia na asseguuração aos usuários de que a informação contida nas demonstrações representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar.

Fonte: CFC (2016a).

A relevância é atingida se for capaz de influenciar os usuários a usarem ou não a informação no momento da tomada de decisão. Se houver omissão na representação de algum fenômeno financeiro ou outro qualquer, a representação não é fidedigna e não tem utilidade para o usuário da informação (CFC, 2016a). Essas duas são consideradas fundamentais e são acompanhadas das outras características.

A compreensibilidade, conforme Augustinho (2013), é requisito essencial à instrumentalização do controle social, essa qualidade é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de forma clara e sucinta (CFC, 2016a).

Sobre a tempestividade, a ausência dessa característica torna a informação menos útil, já a comparabilidade propõe que a comparação seja feita entre coisas semelhantes que devem parecer semelhantes e entre coisas distintas que devem parecer distintas.

Por fim, a informação, para ser verificável, não precisa ser um ponto único estimado, podem ser utilizados valores e as suas probabilidades para a verificação. Amparada pela NBC T 15 e pelas características da informação contábil, a demonstração será apresentada em quatro tópicos — I. Demonstração do Valor Adicionado; II. Recursos Humanos; III. Interação da Entidade com o Ambiente Externo; e IV. Interação da Entidade com o Meio Ambiente.

O primeiro tópico apresenta a Demonstração do Valor Adicionado, esta demonstra a riqueza criada pela entidade e a forma como essa riqueza é distribuída para a sociedade. Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade — NBC TG 09 — Demonstração do Valor Adicionado, a DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e ao modo como tais riquezas foram distribuídas.

Os valores para essa parte da demonstração podem ser obtidos no SIAFI consultando as contas contábeis no Balancete ou no Razão; alternativamente, pode ser utilizado o SIAFI Web, consultando a Demonstração de Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial ou esses valores ainda podem ser extraídos no Tesouro Gerencial. O quadro 37 apresenta os itens que compõem esse tópico da demonstração.

Quadro 37 — Demonstração do Valor Adicionado

A) Demonstração do Valor Adicionado	
Receitas arrecadadas	Incluindo os tributos incidentes sobre as vendas — ICMS, IPI, PIS e COFINS — e deduzindo as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa.
Insumos adquiridos de terceiros	Incluindo os tributos incidentes sobre as compras — ICMS, IPI, PIS e COFINS.
Valor adicionado bruto	Diferença entre as receitas e os insumos adquiridos de terceiros.
Depreciações/amortizações/exaustões	Valores reconhecidos no período e normalmente utilizados para conciliação entre o fluxo de caixa das atividades operacionais e o resultado líquido do exercício.
Valor adicionado líquido	Valor adicionado bruto deduzido da depreciação/amortização/exaustão
Valor adicionado recebido em transferência	A riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade, e sim por terceiros, e que a ela é transferida.
Valor adicionado a distribuir	Valor adicionado líquido somado ao valor adicionado recebido em transferência.
Distribuição do valor adicionado	Apresenta de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Valores distribuídos ao pessoal. FGTS. Tributos (ICMS, IPI, PIS, ISS, COFINS). Remuneração do capital de terceiros. Remuneração sobre o capital próprio (superávit retido).

Fonte: CFC (2008).

No setor público, o exercício financeiro coincide com o ano civil (BRASIL, 1964), assim, os dados coletados referem-se aos exercícios de 2019 e 2020, para fins de apresentação e comparabilidade, cada exercício será disposto em uma coluna.

As receitas arrecadadas são coletadas diretamente na Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP).

Quadro 38 — Receitas arrecadadas — DVA — UTFPR

A) Geração e distribuição da riqueza (Demonstração do Valor Adicionado)		
Ano	2020	2019
1. RECEITAS ARRECADADAS	R\$ 43.878.731,79	R\$ 115.444.829,57
Mercadorias	R\$ 152.659,30	R\$ 201.606,54
Serviços	R\$ 2.993.823,31	R\$ 10.794.224,71
Outras	R\$ 40.732.249,18	R\$ 104.448.998,32

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

As receitas arrecadadas tratam dos valores que foram arrecadados com a exploração e venda de bens, serviços e direitos e, conforme dispõe CFC (2008), estas representam aqueles valores que são reconhecidos pela contabilidade por meio do regime de competência e incluídos na demonstração do resultado do período.

Além dos ganhos com incorporação de ativos e desincorporação de passivos, visto que se enquadram os saldos relativos aos ativos construídos para uso próprio, juros pagos ou creditados que tenham sido incorporados aos valores dos ativos de longo prazo (CFC, 2008).

Sobre a nomenclatura da demonstração que apresenta o resultado, cabe frisar que, no setor público, a Lei nº 4.320/1964 e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público denominam tal demonstração como Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP) (BRASIL, 1964), já a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público — NBC TSP 11 — Apresentação das Demonstrações Contábeis utiliza a nomenclatura Demonstração do Resultado (CFC, 2018).

A segunda linha da demonstração trata dos insumos adquiridos de terceiros; na DVA, esse tópico aborda custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos, materiais, energia, serviços de terceiros, além da perda/recuperação de valores ativos (aqui, inclui-se a perda por redução ao valor recuperável dos ativos).

Os dados serão extraídos da Demonstração das Variações Patrimoniais, alternativamente, no SIAFI Operacional, por meio do balancete ou por meio do Tesouro Gerencial, efetuando uma consulta pelas contas específicas com os saldos e períodos desejados.

Quadro 39 — Insumos adquiridos de terceiros — UTFPR

Ano	2020	2019
2) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	R\$ 68.768.940,98	R\$ 87.669.392,98
2.1 Materiais	R\$ 8.323.683,46	R\$ 9.147.161,42
2.2 Serviços	R\$ 60.445.257,52	R\$ 78.522.231,56

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O valor adicionado bruto é a diferença entre as receitas arrecadadas e os insumos adquiridos de terceiros. Dessa maneira, ele é apresentado no quadro 40.

Quadro 40 — Valor adicionado bruto — UTFPR

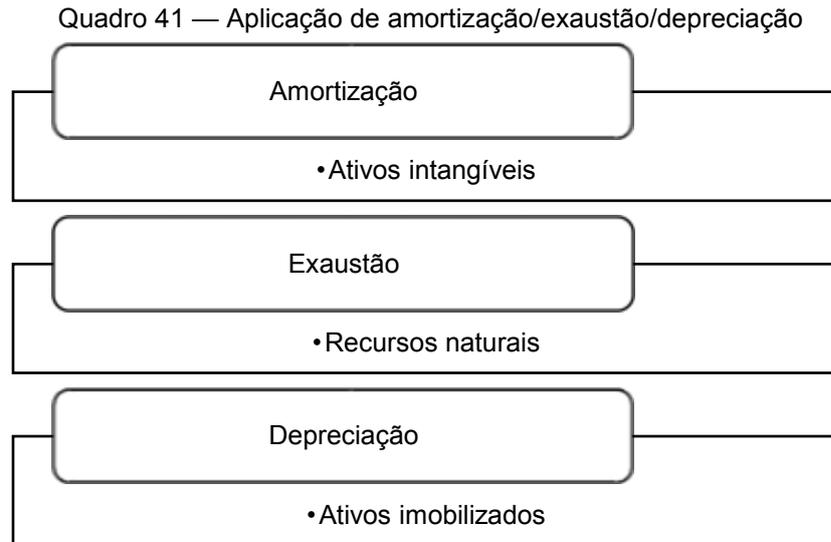
Ano	2020	2019
3) Valor adicionado bruto	- R\$ 24.890.209,19	R\$ 27.775.436,59

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme apresentado, no ano de 2020, houve um valor negativo, não sendo objeto desta pesquisa, mas há de se frisar que a pandemia causada pela COVID-19 provocou impactos negativos em diversos setores, conforme pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (LEVY; FERREIRA; MARTINS, 2021).

Seguindo a Demonstração de Valor Adicionado, o próximo passo é obter o valor adicionado líquido, que é a diferença entre o valor adicionado bruto e as despesas com depreciação, amortização e exaustão.

A NBC TSP 10 — Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa define que “a depreciação, a amortização e a exaustão são, respectivamente, a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativo ao longo de sua vida útil” (CFC, 2017, p. 5). Assim, o quadro 41 nos traz a aplicação de cada termo.



Fonte: Adaptado do CFC (2017).

O valor adicionado líquido, então, trará o valor adicionado bruto deduzido da depreciação, amortização e exaustão nos anos de 2019 e 2020. Esses saldos também são obtidos na DVP ou nos sistemas SIAFI Operacional ou Tesouro Gerencial. Por ter o valor evidenciado na DVP, entende-se que é o meio mais prático para extrair tais saldos.

Quadro 42 — Depreciação e amortização — UTPFR

Ano	2020	2019
4) Depreciação/amortização/exaustão	R\$ 15.075.544,71	R\$ 17.728.506,43
5) Valor adicionado líquido 3 (-) 4	- R\$ 39.965.753,90	R\$ 10.046.930,16

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No item 6 da DVA, são apresentados os valores adicionados recebidos em transferência, ou seja, aqueles que se referem à riqueza que não tenha sido criada pela própria entidade, mas que tenham sido transferidos para ela por meio de terceiros. É a Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) mais significativa na DVP, tendo em vista que as receitas próprias não são suficientes para cobrir as despesas.

Quadro 43 — Valor adicionado total a distribuir — UTFPR

Ano	2020	2019
6) Valor adicionado recebido em transferência	R\$ 1.158.522.294,48	R\$ 1.134.906.366,79
7) Valor adicionado total a distribuir = 5 + 6	R\$ 1.118.556.540,58	R\$ 1.144.953.296,95

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme exposto no quadro 43, o valor adicionado total a distribuir em 2019 e 2020 é de R\$ 1.118.556.540,58 e R\$ 1.144.953.296,95; respectivamente. Esse total encerra a primeira parte da DVA, e é o valor que abre o item 8, que trata da maneira como esse valor foi distribuído, este deve ser exatamente igual ao item 7, apresentado no quadro 44.

Quadro 44 — Distribuição do valor adicionado — UTFPR

Ano	2020	2019
8) Distribuição do valor adicionado	R\$ 1.118.556.540,58	R\$ 1.144.953.296,95
8.1 Pessoal e encargos	R\$ 927.086.185,59	R\$ 921.857.279,82
8.2 Impostos, taxas e contribuições	R\$ 76.062,13	R\$ 233.051,46
8.3 Juros e aluguéis	R\$ 116.700.350,52	R\$ 125.882.529,89
8.4 Outros	R\$ 44.871.165,09	R\$ 72.212.177,08
8.5 Superávit retido	R\$ 29.822.777,25	R\$ 24.768.258,70

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O item 8.4, denominado “outros”, apresenta a distribuição de premiações, desincorporação de ativos, incentivos distribuídos.

O valor adicionado em percentuais pode ser verificado no quadro 45.

Quadro 45 — Percentual da distribuição do valor adicionado

	2020	2019
Distribuição do valor adicionado	100%	100%
Pessoal e encargos	82,88	80,51
Impostos/taxas/contribuições	0,01	0,02
Juros/aluguéis	10,43	10,99
Outros	4,01	6,31
Superávit retido	2,67	2,16

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A distribuição de valor adicionado com pessoal e encargos é a que representa o maior percentual, informação que é de grande utilidade para a população; entre 2019 e 2020, houve um aumento de 2,37% nessa distribuição. Quando se refere aos tributos, houve redução de 0,01%, é o item com menor participação, nenhuma surpresa, visto a imunidade tributária da UTFPR, salvo exceções.

O segundo tópico da demonstração de informações sociais e ambientais da NBC T 15 aborda os aspectos de Recursos Humanos. Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (2004), esse tópico deve apresentar informações sobre a remuneração e os benefícios concedidos, a estruturação do corpo funcional e as contingências e os passivos referentes às lides trabalhistas da entidade.

O quadro 46 traz as informações monetárias acerca dos funcionários. Para obter tais dados, utilizou-se da Demonstração de Variações Patrimoniais e do Tesouro Gerencial.

Quadro 46 — Informações monetárias dos Recursos Humanos

B) Recursos Humanos		
	2020	2019
Remuneração bruta	R\$ 773.600.867,85	R\$ 794.027.856,55
Relação entre a maior e a menor remuneração bruta da entidade, considerando os servidores (%)	1.351,46%	1.312,08%
Gastos com encargos sociais	R\$ 136.510.325,61	R\$ 114.959.163,69
Gastos com alimentação	R\$ 20.723.635,47	R\$ 21.393.044,87
Gastos com transporte	R\$ 486.835,13	R\$ 2.057.467,90
Gastos com saúde	R\$ 11.814.254,54	R\$ 11.840.170,61
Gastos com segurança e medicina do trabalho	Não mensurado	Não mensurado
Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional	R\$ 54.000,00	354.120,35
Gastos com creche ou auxílio-creche	R\$ 2.958.047,25	R\$ 3.017.736,68
Participação nos resultados	Não há legislação a respeito disso.	Não há legislação a respeito disso.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O menor salário teve o mesmo valor em 2019 e 2020, sendo R\$ 1.945,00; por sua vez, o maior em 2019 foi de R\$ 27.465,00 e, em 2020, foi em R\$ 28.231,00. Ou seja, a diferença aumentou, aquele que recebia menos continuou recebendo o mesmo valor.

Quanto a capacitação dos servidores, em 2019 executados R\$ 354.120,35 em capacitação dos servidores, já no ano de 2020, houve um total de R\$ 54.000,00. Para melhor controle do orçamento com capacitação de servidores, no exercício de 2021, a DIROF utiliza codificação própria do plano interno (PI) para as despesas com capacitação.

O quadro 47 apresenta a composição dos Recursos Humanos, não aborda itens monetário. São dados extraídos do SIAPE e Sistemas Corporativos da UTFPR.

Quadro 47 — Composição dos Recursos Humanos

Composição dos Recursos Humanos		
	2020	2019
Total de empregados ao final do exercício	3.824	3.955
Total de nomeações	56	241
Total de vacâncias (apenas exoneração a pedido e demissões)	Exoneração a pedido: 8 Demissão: 1	Exoneração a pedido: 16 Demissão: 2
Total de estagiários ao final do exercício	254	632
Total de portadores de necessidades especiais ao final do exercício	30	27
Total de servidores por gênero	Masculino: 2.249 Feminino: 1.575	Masculino: 2.306 Feminino: 1.649
Total de empregados por faixa etária	Menor de 18: 0 Entre 18 e 35: 819 Entre 36 e 60: 2.826 Acima de 60 anos: 179	Menor de 18: 0 Entre 18 e 35: 1.057 Entre 36 e 60: 2.742 Acima de 60 anos: 156

Fonte: Sistemas corporativos — UTFPR.

O relatório de gestão, no tópico “Modelo de Negócios”, traz informações apenas dos docentes efetivos, substitutos e visitantes do magistério superior e dos servidores técnicos administrativos efetivos, a seção relacionada aos Recursos Humanos da demonstração de informações sociais e ambientais traz, também, no quantitativo de força de trabalho os docentes em exercício provisório, colaboração técnica, os técnicos administrativos temporários, em exercício provisório e colaboração técnica. Além desses, traz, ainda, os servidores anistiados e aqueles em exercício descentralizado de carreira.

As informações sobre o quantitativo de servidores/empregados abrange tanto os docentes quanto os técnicos administrativos, ainda os efetivos, temporários, contratados, exercício provisório, anistiados e colaborações técnicas; por essa razão, os quantitativos são maiores que aqueles apresentados no relatório de gestão.

Em relação aos estagiários, o quantitativo apresentado leva em conta os estágios remunerados e não remunerados, em níveis médio, técnico e superior. Quantidade que reduziu, de forma significativa, de 2019 para 2020.

Quanto aos cargos de chefia e direção, a UTFPR apresenta diferentes níveis, sendo o mais elevado o CD-0001 (Cargo de Direção), além das Funções Gratificadas (FG), que têm o grau mais elevado a FG-001, e a Função de Coordenação de Curso. O quadro 48 apresenta, de forma detalhada, a distribuição desses cargos nos anos de 2019 e 2020.

Quadro 48 — Nível detalhado de cargos de chefia e direção

Níveis	2019				2020			
	Masc.	Fem.	Negros	PNE	Masc.	Fem.	Negros	PNE
CD-0001	1	0	-	-	1	0	-	-
CD-0002	6	2	-	-	6	2	1	-
CD-0003	18	5	1	-	15	5	1	-
CD-0004	42	17	1	-	40	17	1	-
FG-001	75	55	1	-	65	62	2	-
FG-002	35	28	2	-	38	26	2	-
FG-003	7	21	-	-	6	23	-	-
FCC	128	43	8	-	121	50	2	-
TOTAL	312	171	13	0	292	185	12	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O quadro 48 demonstra que há grande disparidade quanto à distribuição, sendo esta dominada pelo sexo masculino e, evidentemente, com um valor muito baixo quanto aos negros e nulo quanto aos Portadores de Necessidades Especiais (PNE), informação importante para as tomadas de decisão quando ocorre a nomeação de servidores para exercer determinadas funções.

O quadro 49 apresenta a informação consolidada e em percentual, levando em conta que o total de cargos de chefia e direção em 2019 era de 496, já no ano de 2020, o total era de 489.

Quadro 49 — Distribuição de cargos de chefia e direção em formato percentual

	2020	2019
Percentual de ocupantes em cargos de chefia e direção		
Homens	61,21%	64,60%
Mulheres	38,79%	35,40%
Por cor da pele		
Negros	2,46%	2,62%
Por condição física, mental, intelectual ou sensorial		
Portadores de Necessidades Especiais	0	0%

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

No tópico que trata da interação da entidade com o ambiente externo, inclui-se o relacionamento com a comunidade, com os clientes e com os fornecedores.

Quadro 50 — Interação com o ambiente externo

C) Interação com o ambiente externo		
	2020	2019
Interação com a comunidade		
Investimento em educação, exceto ambiental	Não registra/não divulga	Não registra/não divulga
Investimento em cultura	Não registra/não divulga	Não registra/não divulga
Investimento em saúde e saneamento	Não registra/não divulga	Não registra/não divulga
Investimento em esporte e lazer, não sendo considerados os patrocínios com finalidade publicitária	Não registra/não divulga	Não registra/não divulga
Investimento em alimentação	Não registra/não divulga	Não registra/não divulga
Interação com os clientes		
Reclamações recebidas diretamente pela entidade	62 reclamações	150 reclamações
Reclamações recebidas por meio do Procon e/ou Poder Judiciário	Não houve	Não houve
Reclamações atendidas, originadas do Procon e/ou Poder Judiciário	Não houve	Não houve
Montante de multas e indenizações determinadas por Procon e/ou Poder Judiciário	Não houve	Não houve
Interação com os fornecedores		
Utiliza critérios de responsabilidade social para seleção de seus fornecedores?		
(X) SIM		() NÃO

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Acerca da interação com a comunidade, em termos monetários, não há registro de tais investimentos, na conjuntura atual a única forma de obter alguma informação monetária seria somar os quantitativos monetários dos editais da Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias e das Diretorias de Relações Empresariais e Comunitárias, nos campi, mas a simples soma dos valores dos editais não garantiria que os recursos foram de fato executados,

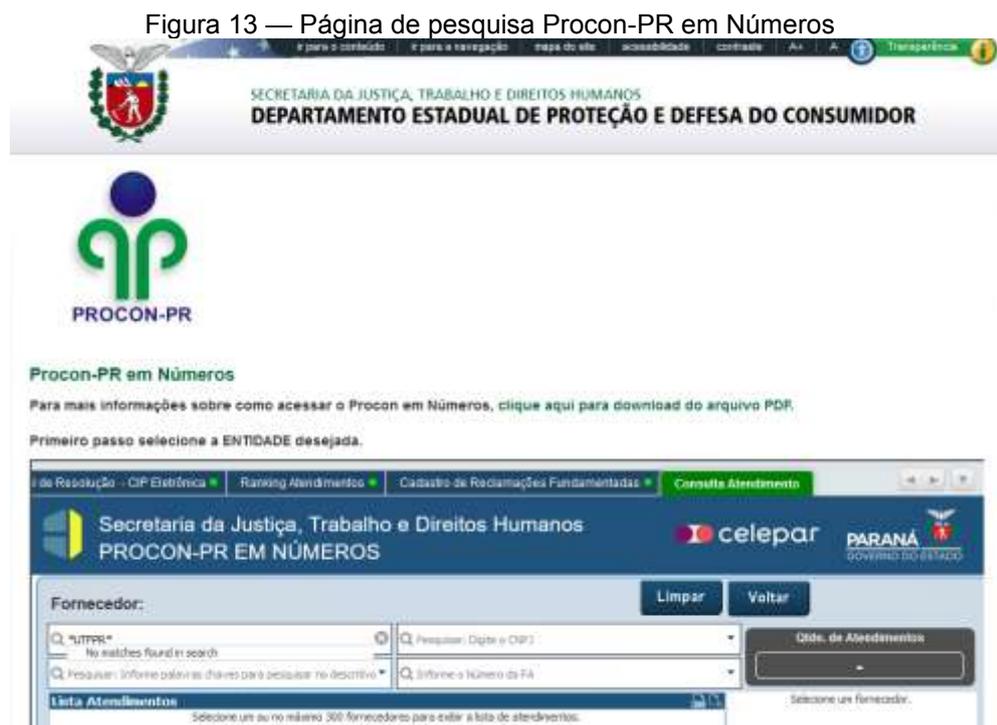
A sugestão para a mensuração da interação com a comunidade, seria criar uma fonte no sistema corporativo para cada edital, assim a partir dos próximos exercícios

as informações seriam disponibilizadas com exatidão. Enquanto isso, as informações devem compor as notas explicativas à demonstração proposta, conforme CFC (2018).

Conforme pesquisa no painel “Resolveu?”, da Controladoria-Geral da União (BRASIL, 2021b), houve uma redução de reclamações entre 2019 e 2020.

Não houve reclamações recebidas por meios judiciais ou órgãos de defesa do consumidor. Os dados do Poder Judiciário foram obtidos via Lei de Acesso à Informação, por sua vez, a consulta sobre os dados de defesa do consumidor foi obtida no portal Procon-PR em Números, órgão vinculado ao Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e à Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos do Governo do Estado do Paraná.

A figura 13 apresenta o leiaute de pesquisa, no qual não foi encontrada nenhuma reclamação aberta nos anos de 2019 e 2020.



Fonte: Governo do estado do Paraná (2021).

Quanto ao montante de multas e indenizações determinado pelo Procon e/ou Poder Judiciário, foram considerados os valores pagos. Para buscar a informação, foi utilizado o Tesouro Gerencial, como filtros os atributos: Conta Contábil “622920104 — Empenhos Pagos”, ano: 2019 e 2020, órgão: 26258 (UTFPR) e, pesquisando todas as ordens bancárias para as naturezas de despesas ligadas a multas e juros, 339039.36 e 339039.37, também foram buscadas as palavras “Procon”, “Justiça”,

“Judiciário”, “Judicial” no filtro “DH Observação”. As demandas junto ao Procon foram verificadas tendo em vista que a UTFPR oferece cursos de extensão, especialização e concursos públicos, assim, mesmo não tendo reclamações no período pesquisado, havia a possibilidade de encontrar registros perante ao Procon.

A respeito da interação com fornecedores, por meio de solicitação de acesso à informação, a Diretoria de Materiais e Patrimônio (DIRMAP), da reitoria, ligada à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD), esclareceu que são utilizados os critérios recomendados pela Advocacia-Geral da União (AGU) e também as legislações que regem as contratações administrativas, levando em conta que a Nova Lei de Licitações (BRASIL, 2021) e a Lei de Licitação e Contratos (BRASIL, 1993) trazem o desenvolvimento nacional sustentável entre os objetivos.

Dentre os critérios que podem ser citados, Silva (2018) aponta o tratamento diferenciado a micro e pequenos empresários, o acondicionamento dos bens em embalagens recicláveis, a vedação de trabalho noturno, insalubre ou perigos aos menores de 18 anos de idade, e o trabalho entre adolescentes entre 14 e 16 anos só é permitido na condição de aprendiz. Assim considera-se que a UTFPR utiliza critérios de responsabilidade social para seleção de fornecedores.

A última parte da demonstração mostra a relação da UTFPR com o meio ambiente e apresenta aspectos monetários e não monetários. Conforme a NBC T 15, a interação da entidade com o meio ambiente deve evidenciar os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, preservação/recuperação de ambientes degradados, com educação ambiental para sua força de trabalho, com educação ambiental para a comunidade externa, valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental.

Também devem ser evidenciados itens não monetários, ou seja, que não são mensurados em moeda. Nesse aspecto, seria o quantitativo de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a UTFPR. Esses dados foram solicitados via Lei de Acesso à Informação junto à UTFPR, ao IBAMA e ao Governo do estado do Paraná.

Quadro 51 — Interação da UTFPR com o meio ambiente

D) Interação com o meio ambiente				
	2020		2019	
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do ambiente	Não divulga	registra/não	Não divulga	registra/não
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	Não divulga	registra/não	Não divulga	registra/não
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e gestores da entidade	Não divulga	registra/não	Não divulga	registra/não
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	Não divulga	registra/não	Não divulga	registra/não
Quantidade de processos movidos contra a entidade. Segregado em: Ambientais; Administrativos; Judiciais	Informação indisponível tanto pela UTFPR quanto pelos órgãos competentes			
Valor de multas e indenizações relativas à matéria ambiental:	Não houve			
Passivos e contingências ambientais	Não divulga	registra/não	Não divulga	registra/não

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Quanto aos investimentos e gastos voltados ao meio ambiente, a UTFPR não dispõe de tal informação e também não dispõe de um sistema de informações de custos que possa identificar tais valores. Existem apenas informações apresentadas no site, mas sem mensuração/quantificação, desta forma não cabível na demonstração.

Para que a informação seja apresentada nos próximos exercícios, uma das ferramentas é a criação de um Plano Interno (PI)¹ no SIAFI Operacional. Assim, haverá a possibilidade de detalhamento das dotações orçamentárias e acompanhamento gerencial dos gastos/investimentos voltados ao meio ambiente.

¹O Plano Interno (PI) é um instrumento de planejamento que permite o detalhamento pormenorizado de dotações orçamentárias para atender a previsão e o acompanhamento gerencial da execução, vinculado a um projeto/atividade constante da Lei Orçamentária Anual. O PI vem agregar a célula orçamentária ao detalhamento do orçamento no SIAFI e é composto de onze dígitos (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2018).

Quanto aos dados referentes aos processos movidos contra a UTFPR, não há essa informação, portanto, foram pesquisados junto aos órgãos ambientais e judiciários. A UTFPR também não dispõe dos dados; dessa maneira, para os próximos exercícios, sugere que haja um controle por parte da UTFPR dos processos, mesmo que seja um controle por planilhas simples, para que tais informações possam ser apresentadas nas próximas demonstrações.

O quantitativo de multas ambientais, aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em esfera federal, e pelo Instituto Água e Terra, em esfera estadual, foi nulo, ou seja, não houve multas aplicadas por esses órgãos; em esfera municipal, foram efetuadas buscas nos portais das prefeituras dos treze municípios em que a UTFPR está presente e não foram encontrados registros.

O último item da demonstração de informações de natureza social e ambiental é valor referente aos passivos e contingências ambientais, estes não são registrados e nem divulgados pela UTFPR. Mesmo que não haja obrigação legal para divulgação das informações contábeis ambientais, Cruz, Marques e Ferreira (2009) afirmam que divulgar de maneira voluntárias as informações contábeis ambientais, contribuem para estimular a sociedade a conhecer a importância de tais informações e para consciência de necessidade de gestão sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

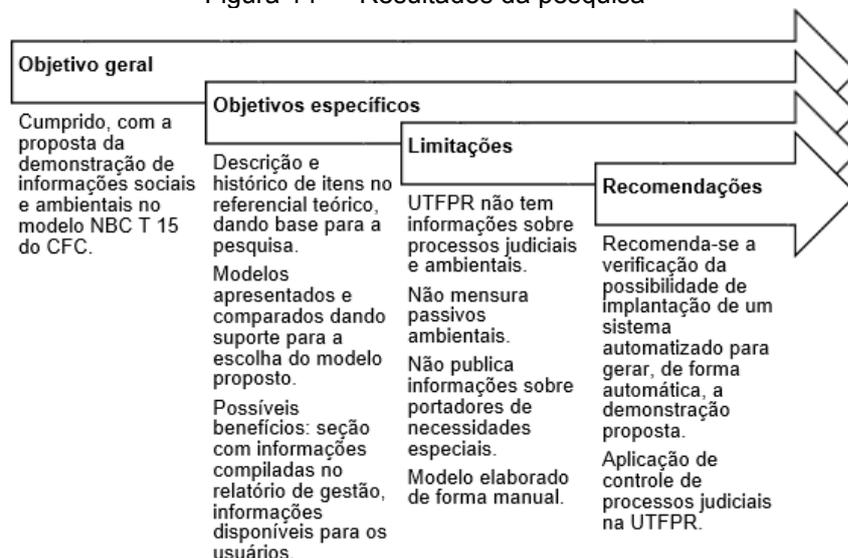
Tendo em vista a preocupação da sociedade com aspectos sociais e ambientais estar cada vez mais visível e diante do compromisso das universidades em formar pessoas para criar soluções para os problemas sociais, ambientais e econômicos, e do dever de prestar contas à sociedade por serem instituições mantidas com recursos públicos, o trabalho teve relevância ao contribuir com uma nova maneira de a UTFPR prestar contas à sociedade no que tange aos aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Este trabalho teve o objetivo principal de propor um modelo de demonstração de informações sociais e ambientais, que compõe o relatório de gestão da UTFPR, e verificar se há benefícios com a publicação deste. Para tanto, os objetivos específicos deram suporte ao alcance do principal.

Considerando os conceitos de responsabilidade social e prestação de contas, pode-se afirmar que ambos podem ser materializados por meio de relatórios contábeis, em especial aqueles que apresentam informações de caráter social e ambiental.

Assim, pôde-se comparar os modelos GRI, IBASE, Ethos e NBC T 15, esse último é o modelo normatizado pelo Conselho Federal de Contabilidade, e foram encontradas poucas desvantagens na literatura em relação a ele. Desse modo, o modelo proposto para compor o relatório de gestão da UTFPR é o da NBC T 15.

Figura 14 — Resultados da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O modelo proposto traz como benefícios, a disposição de informações no relatório de gestão, que podem ser requisitadas via Lei de Acesso à Informação pelos usuários dos serviços públicos. Desta forma tem-se maior agilidade e praticidade com as buscas e compilação de informações para atender às solicitações.

A prestação de contas é um dos pilares para aprimorar a administração pública e a democracia. Com a divulgação da demonstração no relatório de gestão, a UTFPR se beneficia, visto que será destaque ao apresentar uma nova maneira de prestar contas à sociedade.

As limitações do estudo foram referentes à obtenção de dados para compor a demonstração proposta, visto que alguns tiveram que ser solicitados via Lei de Acesso à Informação, já que a UTFPR ou os órgãos, principalmente do Poder Judiciário, não tinham tais dados, dessa forma, não era possível mensurar com confiabilidade os dados sobre processos contra a UTFPR.

Também, os dados referentes às questões de processos ambientais tiveram a mesma limitação. Ainda sobre questões ambientais, mas acerca dos passivos e contingências ambientais, a UTFPR não controla tais dados. Foi constatado que são escassas as informações de gestão de pessoal sobre portadores de necessidades especiais, mesmo havendo a possibilidade de coleta destes por meio do SIAPE e Sistemas Corporativos.

Esta dissertação ainda gerou um produto técnico tecnológico, que apresenta a forma prática de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado, componente da Demonstração de Informações Sociais e Ambientais, foi escolhido tal item devido a ser totalmente extraída do SIAFI, então aplicável a qualquer órgão público

Como expectativas e propostas para estudos futuros, recomenda-se avaliar a aplicação do modelo da NBC T 15 em outros níveis de governo e em outras instituições federais de ensino, de forma que se possa comparar o desempenho de cada entidade tendo por base os mesmos indicadores. Sob o ponto de vista operacional, propõe-se pesquisar a automatização da elaboração dessa demonstração. Ainda há possibilidade de pesquisar o nível de satisfação dos usuários sobre as informações apresentadas.

REFERÊNCIAS

- ABERNATHY, J.; STEFANIAK, C.; WILKINS, A.; OLSON, J. Literature review and research opportunities on credibility of corporate social responsibility reporting. **American Journal of Business**, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 24-41, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313853999_Literature_Review_and_Research_Opportunities_on_Credibility_of_Corporate_Social_Responsibility_Reporting. Acesso em: 14 nov. 2020.
- AGUIAR, L. G.; OLIVEIRA, T. C. Balanço social: análise dos modelos praticados atualmente e indícios de padronização em empresas que fazem parte do índice de sustentabilidade empresarial. **Revista ENIAC Pesquisa**, Guarulhos, v. 7, n. 1, p. 109-124, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/497>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- ALONSO-ALMEIDA, M. D. M.; MARIMON, F., CASANI, F.; RODRIGUEZ-POMEDA, J. Diffusion of sustainability reporting in universities: current situation and future perspectives. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 106, p.144-154, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652614001498?via%3Dihub>. Acesso em: 8 maio 2021.
- AMADEO, M. L. **Análise comparativa do modelo de balanço social proposto pelo IBASE com o relatório de sustentabilidade global reporting initiative**. 2005. Trabalho de Conclusão Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) — Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/124982/Contabeis294275.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 maio 2021.
- AN, Y.; QIAO, X.; WANG, J.; ZHAI, S. Y. Do Hong Kong Public Universities Take Advantage of ICT for Social Responsibility Reporting? **Procedia Computer Science**, [s. l.], v. 154, p. 764-769, 2019. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1877050919308944?token=165126DB19E76E2ACC8CF2DEE06274280412C235337E8D6BC7B056571C10B733FFB4254AD564F2B97F5295E980C39E6F&originRegion=us-east-1&originCreation=20210717151533>. Acesso em: 17 out. 2020.
- ARMIJOS-BUITRÓN, V. A., COSTA-RUIZ, M. P. Corporate Social Responsibility in the management of the public setor in Ecuador Case study: Autonomous Government of Azuay. *In: IBERIAN CONFERENCE ON INFORMATION SYSTEMS AND TECHNOLOGIES*, 15., 2020, Sevilha. **Anais eletrônicos [...]**. Sevilha: IEEE, 2020. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/9140962>. Acesso em: 2 jan. 2020.
- AUGUSTINHO, S. M. **A Nova Contabilidade Pública Brasileira como Instrumento de Controle Social para a "Governança" do Estado**: um estudo sobre a compreensão da evidenciação das demonstrações contábeis públicas pelos líderes comunitários da cidade de Curitiba no ano de 2013. 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) — Programa de Pós-Graduação

em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em:
http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/726/1/CT_PPGGP_M_Augustinho%20c%20Sonia%20Maria_2013.pdf. Acesso em: 1 nov. 2020.

AUGUSTINHO, S. M.; OLIVEIRA, A. G. A Informação Contábil Pública como Instrumento de Controle Social: a percepção de líderes comunitários da cidade de Curitiba. **Revista de Informação Contábil**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 49-68, abr./jun. 2014. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/13335/16035>. Acesso em: 8 nov. 2020.

BANDEIRA, M. L.; OLIVEIRA, N. L.; NUNES, A. *Disclosure* Social: uma análise sob a ótica da NBC T 15 em empresas de capital aberto. **Revista Negócios em Projeção**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 14-29, 2019. Disponível em:
<http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/1202>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BAUER, M. M.; NAIME, R. Estado da arte da evidenciação social e ambiental voluntária. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 39-60, ago. 2012. Disponível em:
<https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/72>. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **Fala.BR**: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Brasília, DF: CGU, 2021a. Página inicial. Disponível em:
<https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/SelecionarTipoManifestacao.aspx?ReturnUrl=%2f>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). **Painel: Resolveu?** [2021b]. 1 painel, color. Disponível em: <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu/index.htm>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1909]. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005**. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11184.htm. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF: Presidência da

República, [2007]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm#art1. Acesso em: 5 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2013]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 7 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016**. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13303.htm. Acesso em: 2 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitação e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, [2021c]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, [1982]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 5 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual SADIPEM. **041908 — Instrução Normativa nº 08, de 14 de dezembro de 1999**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 1999. Disponível em: https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1713&catid=776&Itemid=376. Acesso em: 24 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual SIAFI. **100309 — Transação conrazao — Consulta Razao Por C. Contábil**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2019a. Disponível em: https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=article&id=1869:100309-transacao-conrazao-consulta-razao-por-c-contabil&catid=823&Itemid=700. Acesso em: 24 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. **Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI)**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 2021d. Página inicial. Disponível em: <https://siafi.tesouro.gov.br/senha/public/pages/security/login.jsf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Tesouro Gerencial. **Relatório de despesas com Pessoal para Relatório de Gestão Fiscal de 2021**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 4 nov. 2020a. Disponível em: <https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/tg/servlet/mstrWeb?pg=login&v=1627225719290>. Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Tesouro Nacional. **Sobre (SIAFI)**. Brasília, DF: Ministério da Economia, 19 maio 2020b. Sobre. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/siafi/siafi-web/sobre>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020**. Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992, e revoga as Instruções Normativas TCU 63 e 72, de 1º de setembro de 2010 e de 15 de maio de 2013, respectivamente. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 2020c. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795>. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **Relatório de gestão: guia para elaboração na forma de relato integrado: evolução da prestação de contas**. 2. ed. Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), 2019b. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/relatorio-de-gestao-guia-para-elaboracao-na-forma-de-relatorio-integrado-segunda-edicao.htm>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRUSCA, I.; LABRADOR, M.; LARRAN, M. The challenge of sustainability and integrated reporting at universities: A case study. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 188, 347-354, 2018. Disponível em: <https://s100.copyright.com/AppDispatchServlet?publisherName=ELS&contentID=S0959652618309727&orderBeanReset=true>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CAMPOS, R.; PAIVA, D.; GOMES, S. Gestão da informação pública: um estudo sobre o Portal Transparência Goiás. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 421-446, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/gRrf5GKTNC6G7mmpCJmkJZq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CARDILLO, E.; LONGO, M. C. Managerial Reporting Tools for Social Sustainability: Insights from a Local Government Experience. **Sustainability**, [s. l.], v. 12, n. 9, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/9/3675>. Acesso em: 4 ago. 2020.

CARPEJANI, P.; LIMA, E. P.; MACHADO, C. G. O que é materialidade na GRI G4? Uma discussão e agenda para pesquisas futuras. *In: INTERNATIONAL WORKSHOP ADVANCES IN CLEANER PRODUCTION*, 6., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: [s. n.], 2017. Disponível em: http://www.advancesincleanerproduction.net/sixth/files/sessoes/4B/2/carpejani_p_et_al_academic.pdf. Acesso em: 13 dez. 2020.

CASTRO, A. E.; ZWICKER, A. A. M.; KNEIPP, J. M.; LÖBLER, M. L. Perspectiva estratégica da sustentabilidade nas universidades federais da região nordeste do Brasil: uma análise por meio do triple bottom line. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 228-256, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/8907/7338>. Acesso em: 28 set. 2020.

CAVATTI, F. S. “**Relatório de sustentabilidade**” GRI (*Global Reporting Initiative*) para a Universidade Federal do Espírito Santo: estudo prospectivo sobre possibilidades de adoção. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) — Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Vitória, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2497/1/tese_7433_Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Final%20-%20Felipe%20Cavatti.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016**. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL — Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade, 2016a. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 03, de 21 de outubro de 2016**. Aprova a NBC TSP 03 — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade, 2016b. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP03.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 10, de 22 de setembro de 2017**. Aprova a NBC TSP 10 — Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade, 2017. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP10.pdf>. Acesso em: 16 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 11, de 18 de outubro de 2018**. Aprova a NBC TSP 11 — Apresentação das Demonstrações Contábeis. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade, 2018. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP11.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Norma Brasileira de Contabilidade, CTG 09, de 26 de novembro de 2020**. Aprova o CTG 09, que trata sobre a Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade, 2020. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/CTG09.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1.003/04, de 19 de agosto de 2004**. Aprova a NBC T 15 — Informações de Natureza Social e Ambiental. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade, 2004. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1003.pdf. Acesso em: 2 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1.138, de 21 de novembro de 2008**. Aprova a NBC TG 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade, 2008. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1138.pdf. Acesso em: 2 nov. 2020.

COUNI aprova o Relatório de Gestão da UTFPR. **UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**. 2020. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/noticias/geral/couni-aprova-relatorio-de-gestao-2019-da-utfpr>. Acesso em: 2 jan. 2021.

CRUZ, C. F.; MARQUES, A. L.; FERREIRA, A. C. S. Informações ambientais na contabilidade pública: reconhecimento de sua importância para a sustentabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 4, n. 2, p. 7-23, 2009. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13176>. Acesso em 8 ago. 2021.

CUNHA JUNIOR, M. R. **Balanco socioambiental na administração pública: proposição de implementação na UFGD**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) — Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1178/1/MauroRobertodaCunhaJunior.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

DAL MAGRO, C. B.; RAUSCH, R. B. Plano de desenvolvimento institucional de universidades federais brasileiras. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 427-454, jul./set. 2012. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/85/167>. Acesso em: 28 mar. 2021.

DEGENHART, L. **Avaliação do Grau de Evidenciação dos Impactos Ambientais em Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Anuais de Empresas brasileiras**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015. Disponível em: https://bu.furb.br/docs/DS/2015/362679_1_1.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

DEGENHART, L.; MAZZUCO, M. S. A.; KLANN, R. C. Relevância das Informações Contábeis e a Responsabilidade Social Corporativa de Empresas Brasileiras. **BASE — Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 157-168, jul./set. 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/base/article/view/base.2017.143.01>. Acesso em: 27 dez. 2020.

DI DOMENICO, D.; TORMEM, D.; MAZZIONI, S. Nível de *disclosure* nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o *Global Reporting Initiative* (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 16, n. 49, p. 84-100, set./dez. 2017. Disponível em: <http://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/2401/1967>. Acesso em: 14 out. 2020.

DURSKI, D. **Relatório de sustentabilidade**: uma proposta de indicadores para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná — UTFPR. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) — Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4832/2/relatoriosustentabilidadeindicadoresutfpr.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FERREIRA-QUILICE, T.; CALDANA, A. C. F. Aspectos negativos de reporte proposto pela GRI: a opinião das organizações que reportam. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 50, n. 4, p. 405-415, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rausp/v50n4/0080-2107-rausp-50-04-0405.pdf>. Acesso em: 1º maio 2021.

FREITAS, B. F. G.; FREIRE, F. S. Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 77-92, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/view/2990/2409>. Acesso em: 12 nov. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). **Portaria nº 3.849, de 20 de junho de 2018**. Altera a estrutura do Plano Interno, instrumento de Planejamento que permite o acompanhamento orçamentário gerencial da Fundação Nacional de Saúde — Funasa. Brasília, DF: Fundação Nacional de Saúde, [2018]. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/documents/20182/244504/Port_Funasa_3849_2018.pdf/4133eac5-9873-45a2-aff1-2e6c36025370. Acesso em: 17 jul. 2021.

GAMAGE, P.; SCIULLI, N. Sustainability Reporting by Australian Universities. **Australian Journal of Public Administration**, [s. l.], v. 76, n. 2, p.187-203. June 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1467-8500.12215>. Acesso em: 17 out. 2020.

GIACOMINI, D.; ZOLA, P.; PAREDI, D.; MAZZOLENI, M. Environmental disclosure and stakeholder engagement via social media: State of the art and potential in public utilities. **Corporate Social Responsibility Environmental Management**, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 1552-1564, July/Aug. 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/csr.1904#citedby-section>. Acesso em: 1 dez. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). GRI Standards Portuguese Translations. *In*: GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **How to use the GRI Standards**. [S. l.]: Global Reporting Initiative, 2020a. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>. Acesso em: 13 dez. 2020.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). Our mission and history. *In*: GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **About GRI**. [S. l.]: Global Reporting Initiative, 2020b. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/about-gri/mission-history/>. Acesso em: 9 out. 2020.

GOMES, K. F.; BLAZQUEZ, A. L. T.; LEITE, E.; GARCÍA, G. G. Contabilidad ambiental: desde una visión de responsabilidad social. **Intern. Journal of Profess. Business Review**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 17-27, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://openaccessojcs.com/JBReview/article/view/171/pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

HEISSLER, I. P.; VENDRUSCOLO, M. I.; SALLABERRY, J. D. A Evolução da Contabilidade ao Longo da História do Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade**, [s. l.], v. 17, n. 34, p. 4-25, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:DWmr1G9QnbAJ:https://core.ac.uk/download/pdf/229768282.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 7 fev. 2021.

INS and outs. **The Economist**, 2008. Disponível em: https://www.economist.com/special-report/2008/09/20/ins-and-outs?story_id=1208. Acesso em: 4 abr. 2021.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis**: ciclo 2018/2019. São Paulo: Instituto Ethos, 2017. *E-book*. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/indicadores-ethos-para-negocios-sustentaveis-e-responsaveis/#.W6K56M5KjIU>. Acesso em: 9 jan. 2021.

INSTITUTO ETHOS. O Instituto. *In*: INSTITUTO ETHOS. **Sobre o Instituto**. [São Paulo]: Instituto Ethos, c2016-2021. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/>. Acesso em: 1º nov. 2020.

IIRC e SASB anunciam proposta de fusão para simplificar o sistema de relatórios corporativos. **Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI)**, São Paulo, 25 nov. 2020. Notícias. Disponível em: <https://relatointegrado brasil.com.br/iirc-e-sasb-anunciam-proposta-de-fusao-para-simplificar-o-sistema-de-relatorios-corporativos/>. Acesso em: 1º jan. 2021.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Bogotá, v. 14, n. 2, p. 55-73, jul./dic. 2015. Disponível em: <http://hemeroteca.unad.edu.co/index.php/revista-de-investigaciones-unad/article/download/1455/1771>. Acesso em: 30 nov. 2020.

LASKAR, N. Impact of corporate sustainability reporting on firm performance: an empirical examination in Asia. **Journal of Asia Business Studies**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 571-593, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328082525_Impact_of_Corporate_Sustainability_Reporting_on_Firm_Performance_An_Empirical_Examination_in_Asia. Acesso em: 3 jan. 2020.

LEITE, Y. L. R.; SILVA, E. C. G.; ROSSI, M. S.; NACARI, D. P. S.; SOUZA, R. T.; PAIVA, R. S. S.; PARTELLI, F. L.; SARCINELLI, M. R.; MACHADO, F. M. A.; AROEIRA, K. P.; CARDOSO, P. A. **Relatório de Sustentabilidade**: Universidade Federal do Espírito Santo, 2020. Vitória, ES: CAUFES, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11658/1/Relatorio_Sustentabilidade_Ufes_2020_com_ISBN-compactado.pdf. Acesso em: 4 maio 2021.

LEVY, P. M.; FERREIRA, S. F.; MARTINS, F. S. Impactos da pandemia sobre os resultados recentes das contas públicas. **Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas**. Brasília, DF, 12 fev. 2021. Carta de Conjuntura — Finanças Públicas. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/02/impactos-da-pandemia-sobre-os-resultados-recentes-das-contas-publicas/#:~:text=O%20setor%20p%C3%BAblico%20consolidado%20\(SPC,o%20de%20ficit%20nominal%20foi%20zero](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2021/02/impactos-da-pandemia-sobre-os-resultados-recentes-das-contas-publicas/#:~:text=O%20setor%20p%C3%BAblico%20consolidado%20(SPC,o%20de%20ficit%20nominal%20foi%20zero). Acesso em: 16 maio 2021.

MACHADO, P.; SILVA, N. T. Modelos de Balanço Social no Brasil: um estudo comparativo. **REASU — Revista Eletrônica de Administração da Universidade Santa Úrsula**, [s. l.], v. 5, n. 1, n. p., 2020. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/REASU/article/view/1347/1023>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATTOS, S. M. N. **Conversando sobre metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

MORAIS, C. M.; ZEVERICOSKI, G. A.; FERRAREZI, J.; GEHLEN, K. R. H.; REIS, L. G. Produção Acadêmica Brasileira no Contexto dos Relatórios de Sustentabilidade: uma análise bibliométrica. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 7, p. 197-217, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/3143/2395>. Acesso em: 22 nov. 2020.

MOURA, T.; VANNI, C. S.; BRUN, S. A.; MOURA, L. F. Balanço Social: Panorama das Publicações Nacionais na Plataforma SPELL entre os Anos de 2015 e 2019. In: GOMES, M. A. S. **Engenharia de Produção: inovação, produção e sustentabilidade**. Ponta Grossa: Aya, 2021. 2 v. p. 32-50. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/wp-content/uploads/2021/02/978-65-88580-17-2-opt.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MOURA-LEITE, R. C.; PEREIRA, M. W. G. Status of sustainability reports by Brazilian higher education institutions. **Capital Científico**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 59-76, out./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/6314/pdf>. Acesso em: 8 maio 2021.

NIEMANN, L., HOPPE, T. Sustainability reporting by local governments: a magic tool? Lessons on use and usefulness from European pioneers. **Public Management Review**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 201-223. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14719037.2017.1293149>. Acesso em: 2 jan. 2020.

NUNES, E. S. **Aplicabilidade do balanço social numa gestão de responsabilidade social e sustentabilidade**: estudo de caso do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). 2017. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão) — Escola de Engenharia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em:

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4360/1/Dissert%20Eliezer%20de%20Sousa%20Nunes.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2020.

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos. **Procon-PR em Números**. Paraná: Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, [20--?]. Disponível em: http://www.procon.pr.gov.br/modules/consultas_externas/index.php?cod=1. Acesso em: 22 jun. 2021.

PENTEADO, E. J. S.; DUARTE, C. G. Uma avaliação dos Indicadores Ethos a partir dos Princípios de Bellagio. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE*, 16., 2014, São Paulo. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: FEA USP, 2014. Disponível em: <https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/76.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

PEREIRA, N. S. P.; PEREIRA, C. A.; MONTEIRO, R. P.; PAIXÃO FILHO, J. M. Relatórios de Sustentabilidade: Ferramenta de *Interface* no Desempenho Social, Econômico e Ambiental das Organizações. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, [s. l.], v. 3, n. 5, p. 55-70, 2015. Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/518/394>. Acesso em: 13 jan. 2021.

PMRE Brasil. Home. *In: PRINCIPLES FOR RESPONSIBLE MANAGEMENT EDUCATION. Sobre o PMRE*. [Curitiba]: PRME Brasil, 2018. Disponível em: <http://prmebrasil.com.br/mod/page/view.php?id=9>. Acesso em: 1º fev. 2021.

PROCHERA, A. R. **Balanco social**: estudo de caso em uma Universidade Federal. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Contábil e Financeira) — Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2015. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/22291/3/PB_EGCF_X_2015_05.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

RAMOS, T. M.; SANTOS, T. R. O balanço social como influência para uma sociedade empresarial sustentável: uma análise bibliométrica. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 20, n. 44, p. 13-28, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/94741/pdf>. Acesso em: 24 dez. 2020.

REIS, J. T.; PERTEL, G. E. Contribuições do Tesouro Gerencial como Ferramenta de Controle da Execução Orçamentária do MPF-ES. **Caderno da Escola Superior de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 33-58, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/ESGPPJS/article/view/874/858#>. Acesso em: 24 dez. 2020.

REIS, L.; RIGO, V. P.; FARINON, K. Disclosure nos relatórios de sustentabilidade de empresas do novo mercado da Bovespa em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável publicados pela ONU. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 12, n. 1, p. 88-108, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/17379>. Acesso em: 2 jan. 2020.

RIBEIRO, A. M. **Evidenciação Ambiental**: uma investigação transnacional dos reflexos de diferentes marcos regulatórios sobre as práticas de evidenciação ambiental das empresas do setor de petróleo e gás natural. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) — Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92671/271982.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ROCHA, M. R.; PEREIRA, M. S. B.; COSTA, G. B.; ALMEIDA, E. M., SOUZA, D. S. O balanço social como instrumento de evidências de práticas ambientais: um estudo empírico na indústria de refrigerantes de Porto Velho. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 18., 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: FEA USP, 2016. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/arquivos/26.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

SÁNCHEZ, R. G.; BOLÍVAR, M. P. R.; HERNÁNDEZ, A. M. L. Are Australian Universities Making Good Use of ICT for CSR Reporting? **Sustainability**, v. 7, n. 11, p. 14895-14916, 2015. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/7/11/14895>. Acesso em: 17 out. 2020.

SCHOMMER, P. C.; ROCHA, A. C.; SPANIOL, E. L.; DAHMER, J.; SOUSA, A. D. Accountability and co-production of information and control: social observatories and their relationship with government agencies. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 6, p. 1375-1400, nov./dez. 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/37917/accountability--coproducao-da-informacao-e-do-controle--observatorios-sociais-e-suas-relacoes-com-orgaos-governamentais-->. Acesso em: 25 jan. 2021.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (Serpro). Brasília, DF: 2021. Página inicial. Disponível em: <https://hod.serpro.gov.br/a83016cv/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) (Paraná). **Rede Sustenta Paraná**. Fórum Governamental de Responsabilidade Social/ PR. Solenidade de Assinatura. Curitiba, 2019. Disponível em:

https://www.sesipr.org.br/uploadAddress/Rede_Sustenta_Parana_-_Solenidade_de_Assinatura%5B87055%5D.pdf. Acesso em: 11 jan. 2021.

SILVA, A. P. F.; LIMA, S. A. J. R.; SOUZA, E. X.; PEREIRA, J. Indicadores Sociais: Um Estudo Realizado com Base nos Balanços Sociais de Empresas que Receberam o Selo IBASE. **REUNIR — Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 72-86, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/44>. Acesso em: 22 nov. 2020.

SILVA, G. D.; GONÇALVES, M. N.; MORAES, R. O. Global Reporting Initiative (GRI): Uma Análise da Adesão às Diretrizes pelas Empresas Listadas no Novo Mercado sob a Perspectiva das Teorias Institucional e da Legitimidade. **Sinergia — Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, Rio

Grande, v. 19, n. 2, p. 91-104, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/4919/3490>. Acesso em: 28 nov. 2020.

SILVA, C. A. **Diretrizes para a gestão das compras públicas sustentáveis: a contribuição da UTFPR para o desenvolvimento nacional sustentável**. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/3918/1/CT_PROFIAP_M_Silva%2c%20Cristina%20Aparecida%20da_2018.pdf. Acesso em 10 ago. 2021

SOUZA, J.; MOURA-LEITE, R. C.; PEREIRA, M. W. G. Divulgação da responsabilidade social das cooperativas agropecuárias brasileiras. **Revista ENIAC Pesquisa**, Guarulhos, v. 7, n. 2, p. 223-245, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/523/pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

TORRES, C.; MANSUR, C. **Balço social, dez anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. *E-book*. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/102804/BS_completo.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em: 17 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. Comissão Permanente do Meio Ambiente. **Relatórios anual das ações de sustentabilidade CPMAS**. [Alfenas: UNIFAL], 2020. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2021/03/Relatorio_Anual_das_Acoes_de_Sustentabilidade_CPMAS_2020.pdf. Acesso em: 29 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE. **Relatório Social UFCSPA 2019**. [Porto Alegre: UFCSPA], 2019. Disponível em: <https://www.ufcspa.edu.br/documentos/balanco-social/relatorio-social-ufcspa-2019.pdf>. Acesso em: 29 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Cadastro de acesso ao SIAPE**. Espírito Santo: UFES, 2019. Página inicial. Disponível em: <https://progep.ufes.br/cadastro-de-acesso-ao-siape>. Acesso em: 7 fev. 2021.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. **Deliberação nº 07/19, de 14 de maio de 2019**. Aprova a Política de Sustentabilidade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Curitiba: COUNI, 2019. Disponível em: https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=947697&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 2 jan. 2021.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional da UTFPR: PDI 2018-2022**. Curitiba: UTFPR, 2017a. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/comissoes/consulta/consulta-publica-pdi-2018-2022/pdi-2018-2022-consulta-publica.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2020.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2019**. Curitiba: UTFPR, 2020a. Disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/gh91pF7sgM9t8eq>. Acesso em 24 jul. 2021.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Sistemas Corporativos UTFPR**. Curitiba: UTFPR, 2021. Página inicial. Disponível em: <https://sistemas.utfpr.edu.br/>. Acesso em: 28 set. 2020.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Sobre a UTFPR**. Curitiba: UTFPR, 2017b. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/institucional/sobre-a-utfpr-1>. Acesso em: 17 out. 2020.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **UTFPR Sustentável**. Curitiba: UTFPR, 2020b. Sobre nós. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/utfpr-sustentavel/quem-somos>. Acesso em: 11 jan. 2021.

VAZ, C. R.; LEZANA, A. G. R.; MALDONADO, M. U. Comparação entre os Relatórios GRI, IBASE e Ethos no Quesito Meio Ambiente. *In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 5., 2017, Joinville. **Anais eletrônicos** [...]. Joinville: Even3, 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/5simep/43201-comparacao-entre-os-relatorios-gri-ibase-e-ethos-no-quesito-meio-ambiente/>. Acesso em: 1º nov. 2020.

YALIN, L.; ERLI, D.; YIWEI, G.; XIAOHUA, S.; XIAOYAN, L. Government-led Sustainability Reporting by China's HEIs, **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 230, p. 445-459, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0959652619314611?via%3Dihub>. Acesso em: 28 nov. 2020.